



Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

*A questão agrária e os conflitos por terra na
América Latina*



Diretores

Taynara Inácio
Débora Barros
Ícaro Belém

Diretoras-assistentes

Isadora Azevedo
Marcela Souza



Apresentação da Mesa

Sou Taynara Inácio, tenho 16 anos e curso o terceiro ano do Curso Técnico Integrado em Química no CEFET-MG e sou a Secretária Geral do MOCS VII. Comecei a simular no MOCS em Sala do CEFET-MG e, com essa experiência, tive muitos momentos fantásticos, conheci pessoas incríveis e pude me tornar uma pessoa mais sensível para os inúmeros problemas da realidade. É como se as simulações tivessem despertado em mim mais atenção à realidade das outras pessoas. Isso é o que mais me motiva a dar continuidade no MOCS e contribuir, mesmo de forma singela, para o crescimento desse evento. Estruturar esse comitê foi um desafio, mas só tenho a agradecer ao Ícaro, Débora, Marcela e Isadora por todo o apoio, confiança e por terem proporcionado que tudo desse certo. Agora, só tenho a esperar que os senhores e senhoras possam se preparar com esse material e aproveitar ao máximo tudo o que preparamos para vocês. E mais do que isso, espero que essa edição do MOCS possa ser construtiva e uma experiência inesquecível!

Olá, pessoas! Eu sou o Ícaro Belém, tenho 18 anos e formei no curso técnico de Hospedagem e sou aluno do curso de Geografia no segundo semestre. Serei diretor deste maravilhoso comitê juntamente com as outras lindas diretoras. Já fui diretor do MOCS nas suas 5ª e 6ª edição e retornei para este comitê maravilhoso. Quero proporcionar a todos vocês uma excelente simulação, que este comitê gere calorosas discussões e que vocês se divirtam bastante. Qualquer dúvida, qualquer mesmo, pode me perguntar ou para qualquer pessoa dessa mesa que estamos aqui para ajudar vocês! Ótimos estudos para todos vocês!

Meu nome é Débora, tenho 18 anos e sou ex-aluna de informática, atualmente realizando estágio. Entrei no mundo das simulações em 2014, através do MOCS em Sala, tornando diretora assistente no MOCS V e Secretaria Geral do MOCS VI. Desde que entrei neste mundo, ele se tornou uma parte muito importante da minha vida, me fazendo escolher o Direito como curso. Espero que o MOCS



traga coisas tão importantes para a vida de vocês como para mim e que aproveitem essa edição neste lindo comitê que é a FAO!

Oi galerinha, tudo bom? Meu nome é Marcela Almeida, tenho 16 anos e sou aluna do segundo ano de Edificações. Minha experiência com simulações começou em 2015 e por eu ser uma pessoa que realmente gosta de discutir (argumentar, sem brigar), achei uma gracinha. Tenho muito amor por temas polêmicos e argumentos concretos, então qualquer comitê bem intenso eu já gosto. É meu primeiro ano como diretora e estou empolgada para ver as simulações por esse novo ângulo, claro que pedir decoro é um sonho. Quaisquer dúvidas, estou super disposta a ajudar e sugiro que vocês leiam com carinho o guia que ele está cheio de dicas top. No mais, tenham uma ótima experiência e não desistam do MOCS se você não se identificar com seu comitê, o universo das simulações é enorme!

Meu nome é Isadora Azevedo, tenho 17 anos, sou aluna do 2º ano do curso técnico em Hospedagem. Estou imensuravelmente feliz de contribuir na construção do MOCS VII e de compor esta mesa maravilhosa. O MOCS VII significa muito para mim por diversos motivos, primeiramente porque a primeira simulação que eu participei foi há um ano no MOCS VI, por incentivo do Ícaro e como delegada do comitê da Débora, ambos compondo a mesa da FAO este ano comigo. O tema do comitê me surpreendeu quando a Taynara me chamou para ser diretora assistente e eu me apaixonei por ele. Cada vez mais pesquisei sobre o tema de tamanha pertinência e espero que essa experiência seja extremamente proveitosa para todos os delegados. Estou à disposição de sanar qualquer dúvida dos delegados e, no mais, aproveitem a simulação!



Sumário

Apresentação da Mesa	2
1. Introdução	6
2. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)	6
2.1. História da FAO	6
2.2. Estrutura da FAO	7
2.3. FAO Regional – América Latina e Caribe	8
2.4. Capacidades da FAO	9
3. Alimentação e Agricultura	9
3.1. Espaço agrário na América Latina	9
3.1.1. Colonização	10
3.1.2. Economia	11
3.1.3. Aspectos Naturais	12
3.1.4. Aspectos Culturais	13
3.2. Concentração Fundiária	14
3.3. Agronegócio	17
3.3.1. Importância do agronegócio na economia	17
3.3.2. O agronegócio na América Latina	18
3.3.3. Críticas acerca do agronegócio	19
4. Segurança alimentar no campo	20
4.1. Impactos da agricultura extensiva	21
5. Conflitos no campo	22
5.1. Terras indígenas	22
5.2. Terras quilombolas	24
5.3. Desigualdades no campo	24
5.3.1. Pobreza e violência rural	29
5.4. Acesso à terra	30
5.4.1. Reforma Agrária	32
6. Perguntas a serem respondidas	34
7. Posicionamentos	35
7.1. Antígua e Barbuda	35
7.2. Argentina	36
7.3. Bahamas	37
7.4. Barbados	38
7.5. Belize	39



7.6.	Bolívia	40
7.7.	Brasil.....	41
7.8.	Canadá (observador).....	42
7.9.	Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (observador).....	43
7.10.	Chile	44
7.11.	Colômbia	45
7.12.	Costa Rica	46
7.13.	Cuba	46
7.14.	Dominica	47
7.15.	Equador.....	48
7.16.	El Salvador.....	49
7.17.	Estados Unidos da América (observador).....	50
7.18.	Granada.....	51
7.19.	Guatemala.....	51
7.20.	Guiana	53
7.21.	Haiti.....	53
7.22.	Honduras.....	54
7.23.	Human Right Watch (observador)	55
7.24.	Internacional Work Group for Indigenous Affairs (observador).....	56
7.25.	Jamaica.....	57
7.26.	México.....	58
7.27.	Nicarágua	59
7.28.	Panamá	60
7.29.	Paraguai	61
7.30.	Peru	62
7.31.	República Dominicana.....	63
7.32.	Santa Lúcia	64
7.33.	São Cristóvão e Neves.....	65
7.34.	São Vicente e Granadinas	65
7.35.	Suriname	66
7.36.	Trinidad e Tobago	67
7.37.	Uruguai.....	68
7.38.	Venezuela.....	69
8.	Considerações finais	70
9.	Referências	71



1. Introdução

Senhoras e Senhores,

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, em mais uma conferência regional para a América Latina e Caribe, convoca os senhores para debater com tamanho entusiasmo e seriedade este tema. A concentração fundiária é um tema que vem sendo debatido cada vez mais no cenário internacional, porém, em relação ao território latino e caribenho, deve possuir uma atenção especial.

O tema da concentração fundiária apresenta diversos fatores, sejam eles econômicos, sociais, ambientais e políticos. Provido dessas questões, existem também os diversos conflitos causados no espaço geográfico da América Latina. Recomenda-se a leitura cautelosa deste material criado para o maior entendimento das questões.

Este guia de estudos foi elaborado para um maior esclarecimento acerca do tema para todos, visando abordar as diversas questões que este tema aborda. Caso exista qualquer dúvida, deve-se comunicar com a mesa diretora, que estará disposta a sanar todas as suas indagações. Deve-se atentar na necessidade do diálogo diplomático e no empenho para chegar uma resolução que seja aplicável e de consenso das delegações.

2. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, ou *Food and Agriculture Organization* (FAO), tem como principais questões as que envolvem a alimentação e agricultura, tendo sua sede em Roma, Itália. As delegações se reúnem para discutir estratégias e políticas para levar toda a população mundial a uma condição de segurança alimentar.

2.1. História da FAO



A primeira ideia de que fosse criada uma organização direcionada a alimentação e agricultura surgiu em 1943, na cidade de Hot Springs, Virginia, nos Estados Unidos, em um encontro de quarenta e quatro governos. A FAO teve sua primeira conferência em 1945, na cidade de Quebec, Canadá, quando foi definida como uma agência especializada das Nações Unidas. Poucos anos mais tarde, em 1951, a sede foi movida de Washington, Estados Unidos, para onde é atualmente, em Roma, Itália.

Desde então a FAO tem traçado campanhas com apoio governamental e não governamental em prol de causas e objetivos estabelecidos pela organização, como, por exemplo, a parceria com a OMS em 1962, que tornou operacional os padrões de alimentação e, em 1992, na Conferência Internacional para Nutrição, ou *International Conference on Nutrition (ICN)*. Os principais temas de suma importância estabelecidos na história da FAO foram a erradicação da fome, segurança alimentar e assuntos urgentes que requeriam respostas flexíveis.

Outras áreas de atuação da FAO são na agricultura, na vida no campo, criação de animais e na pesca, de modo que seja mantido padrão de qualidade de vida, seguridade de terras, sustentabilidade e responsabilidade ambiental. Em seu histórico há conquistas que pretendem alcançar estabilidade nessas áreas. Grandes exemplos são a transformação em operacional para um mundo completo de informações agrícola e de estatísticas, a AGROSTAT (agora FAOSTAT); a criação em 1986 de uma campanha que visava obter 20 milhões de dólares para os governos salvaguardarem o direito ao acesso à terras pela população; e a adoção do Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura ou *International Treaty on Plant Genetic Resources for Food and Agriculture*, que apoia agricultores do mundo todo.

2.2. Estrutura da FAO

A FAO é estruturada de maneira que há 191 membros, sendo 190 nações e a Comunidade Europeia. O órgão diretor supremo é a Conferência dos Estados Membros, que acontece a cada 2 anos e tem o intuito de analisar o trabalho executado desde a última conferência e aprovar um plano e orçamento até a próxima reunião. Há um Conselho que funciona por meio de rotatividade com o



prazo de 3 anos. Na conferência também é eleita a diretora ou o diretor geral, que representa a Organização desse cargo por 6 anos. Atualmente, o diretor geral da FAO é o brasileiro José Graziano da Silva, que assumiu seu mandato na FAO em 2012 e tem trabalhado em segurança alimentar e desenvolvimento rural e agrícola há 30 anos.

2.3. FAO Regional – América Latina e Caribe

A FAO na América Latina e Caribe tem seu escritório na cidade de Santiago, Chile, e os escritórios sub-regionais na Cidade do Panamá, Panamá, para a sub-região da Mesoamérica e em Bridgetown, Barbados, para a sub-região do Caribe. A FAO conta também com escritórios nacionais nos países membros, esses escritórios trabalham apoiando os países membros com programas e projetos de leis não só para a erradicação da fome, mas também apoiando e defendendo pequenos agricultores e povos nativos. Exemplos de programas da FAO Regional da América Latina e Caribe são as seguintes comissões:

- **Comissão Florestal para a América Latina e o Caribe (COFLAC):** É um órgão estatutário que gera análises sobre a situação das florestas e como usá-las de modo sustentável, ecológico e que contribuisse para a segurança alimentar.
- **Comissão de Desenvolvimento Pecuário para a América Latina e o Caribe (CODEGALAC):** Essa comissão procura políticas as quais condicionem o desenvolvimento pecuário regionalmente.
- **Comissão de Pesca Continental e Aquicultura para a América Latina (COPESCAALC):** A COPESCAALC apoia o desenvolvimento da aquicultura e, juntamente com os governos, controla a regulamentação pesqueira.
- **Comissão do Atlântico Centro-Occidental (COPACO):** A COPACO é parte de uma cooperação internacional a qual preza pelo desenvolvimento e controle de atividades pesqueiras relativas ao camarão, principalmente na região Centro-Occidental do Oceano Atlântico.

Os países da América Latina e Caribe representam uma vanguarda mundial no combate à fome tendo sido a primeira a se comprometer com esse objetivo, visando atingi-lo até 2025. Têm mostrado grande avanço nesse campo não somente



com número de redução de milhões de pessoas em estado de carência alimentícia, mas também melhorando a qualidade da alimentação.

2.4. Capacidades da FAO

A FAO é um comitê de caráter recomendatório, ou seja, não existe a obrigação de que os países membros da organização acatem ao que é deliberado nas reuniões, contudo, todas as decisões tomadas possuem uma grande importância e consideração no cenário internacional. Os delegados devem discutir, principalmente, temas acerca de segurança alimentar e agricultura, englobando as diversas situações que influenciam e são influenciadas por esses, como a divisão de terras, pesca, pecuária e grupos fragilizados, como, por exemplo, pequenos agricultores, indígenas e povos nativos. Coletando dados, analisando-os e desenvolvendo projetos possíveis para os Estados, o comitê impulsiona e apoia aos que querem executar medidas em prol da erradicação da fome e segurança alimentar dando suporte de acordo com a necessidade do país e oferecendo a ponte entre governos para que sejam feitos acordos que otimizem o alcance das metas.

3. Alimentação e Agricultura

Segundo vestígios do período Neolítico, ao notarem que os grãos poderiam ser semeados, os povos nômades começaram a sua transição para o sedentarismo. Com essa mudança, de tempos em tempos a agricultura vem sendo aprimorada para que haja um maior proveito dela. Na América Latina, essa atividade possui um grande papel na cultura e na economia de seus países. Neste tópico abordaremos as questões relativas ao espaço agrário, suas divisões, concentrações e acerca do agronegócio.

3.1. Espaço agrário na América Latina

O espaço agrário no território da América Latina é extenso, com diversos contrastes devido a diversos fatores, tais qual a economia local, a colonização, aspectos naturais e culturais. A agricultura pode se dividir de acordo como cada cultura¹ é planejada e cultivada, o espaço que é ocupado e as técnicas que são

¹ Cultura é o nome dado ao cultivo de determinado gênero agrícola.



utilizadas. O espaço agrário foi e vem sendo modificado de acordo com a colonização, questões naturais, culturais e econômicas.

3.1.1. Colonização

Durante o processo de colonização das Américas, a América Latina teve, por grande parte, a colonização de exploração, que possuía como principal objetivo a retirada de recursos naturais que possuíam valor mercadológico rentável e poderia ser utilizado para a exportação. Houve também a colonização de povoamento, que tinha a intenção de servir de moradia e subsistência para os moradores.

Com o sistema voltado para a exploração, apresentava como motivação o comércio e, com isso, seria mais sensato e lucrativo o cultivo de só uma cultura (monocultura). Com tal exploração, foram desenvolvidas algumas técnicas que geravam mais lucro para os colonizadores. O sistema *plantation*² foi intensificado na época da colonização latino-americana, o que gerou consequências dessa modalidade e foram perpassando para outras gerações.

A exploração do trabalho escravo em grandes latifúndios³ fez com que os grandes produtores conseguissem obter uma maior concentração de terras. Dado uma maior concentração fundiária, menos terras seriam destinadas a população, gerando uma intensa desigualdade que vem se agravando com as gerações. Atualmente, as consequências desse modelo são as grandes propriedades agrícolas e a intensa desigualdade no que consta na divisão de terras.

A colonização por povoamento tinha como intenção habitar o local, onde seria de interesse que cada morador (ou grupos) cultivasse seus próprios alimentos, através da policultura. As nações eram mais abertas e desenvolviam o povoamento e o aprimoramento de suas estruturas básicas. O modelo, de acordo com alguns estudiosos, também explorava a terra para benefício próprio, pois o conceito de colônia de povoamento havia sido inventado pelos europeus para amenizar o próprio sentido de colonização, que é nada além da exploração de outras nações e que para povoar um local é necessário a exploração.

² *Plantation* é o sistema agrícola em que consiste na cultura de gêneros agrícolas através da mão de obra escrava, consistia em: grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravo e exportação para a metrópole.

³ É o espaço agrário de grande extensão territorial utilizado para o cultivo.



Tal modelo deteve de certa importância para que se mantivessem as características em algumas localidades, como a policultura para a importação. Tal exemplo de colonização, porém, não foi muito utilizado em território latino, desenvolvendo-se nos Estados Unidos, Canadá e nas Colônias Britânicas.

3.1.2. Economia

Um fator importante que auxilia na caracterização e progresso da agricultura na América Latina é a economia da nação. Países mais desenvolvidos e em desenvolvimento, possuem mais chances de melhoria na oferta de insumos agrícolas⁴ aos produtores da região.

Resultados de alguns estudos apontam que o aumento da quantidade de cada um dos insumos empregados na agricultura gera impactos de diferentes magnitudes sobre o produto agrícola. Os investimentos em infraestrutura rural contribuem para o aumento da produtividade e do cultivo alimentar regional na América Latina e no Caribe. Com um maior incentivo de insumos, é possível que os produtores agrícolas da região desenvolvam sua plantação e assim promovam uma melhor condição de vida.⁵

Outro aspecto econômico que influencia no espaço agrário latino-americano é as tecnologias implantadas. Após metade do século XX, deu-se início a Revolução Verde, movimento que surgiu com o propósito de incrementar a produção através de novas tecnologias, tais como o desenvolvimento de pesquisas para a seleção de sementes e fertilizantes e a utilização de máquinas no campo.

Com o avanço dessa Revolução, os campos ficaram cada vez mais modernizados, com grande ênfase nos latifúndios, onde a produção cresceu em grandes números, podendo dizer que o processo de modernização no campo alterou a estrutura agrária. Contudo, pequenos produtores que não conseguiram se adaptar as novas técnicas não conseguiram se manter no ramo e, conseqüentemente, ou buscaram empréstimos bancários e se endividaram, ou saíram do campo. Com todas essas modernidades, existiu também um aumento na produção de sementes transgênicas e de agrotóxicos, visando uma melhoria e acréscimo na produção.

⁴ Na atividade agrícola os insumos são compreendidos como todos os produtos necessários à produção vegetal e animal: adubos, vacinas, tratores, sementes, entre outros.

⁵ http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032016000300437&script=sci_arttext



Assim, pode ser dito que, com uma economia em desenvolvimento num país, é possível investir em tecnologias e em insumos, que o auxilia. É interessante notar também o caso dos países emergentes, onde a agricultura tem um papel importante, fazendo com que haja um alto número de latifúndios, causando um problema na concentração fundiária da região estudada.

Já nos países que ainda não são emergentes, a agricultura de subsistência e a policultura são predominantes, devido à necessidade de o produtor sustentar sua família. Pode-se notar também que, mesmo nessas localidades, a concentração de terras é desigual, pois poucas pessoas possuem grandes terrenos, enquanto muitas pessoas possuem uma parte risória do território.

3.1.3. Aspectos Naturais

Devido a diversas condições naturais, a agricultura também é adaptada para que ela ainda possa vir a ser praticada. Fatores como o clima, relevo, temperatura, solo, altitude e índice pluviométrico são alguns que fazem com que haja a necessidade de adequar o sistema agrário.

O clima é um importante fator natural que implica bastante na agricultura, por exemplo, dependendo da localidade, haverá um grande índice de chuvas e de temperatura, proporcionando técnicas específicas para se encaixar no sistema. Já em climas mais secos, outras técnicas serão dispostas e realizadas para que sua produtividade seja mantida. As localidades mais quentes também buscam produzir culturas que conseguem se adaptar e sobreviver com o calor abundante; o mesmo acontece com os locais mais frios, como na região dos Andes. Isso também ocorre com a questão da altitude, dos relevos e dos solos, como, por exemplo, no sistema de terraços⁶ utilizados em regiões que a altitude é mais elevada, como na região do Macchu Picchu, no Peru.

Por fim, outro recurso natural que atinge diretamente o sistema agrícola é os recursos hídricos. É de entendimento geral a necessidade da água para a plantação, para que seja possível o crescimento da vegetação. Segundo o estudo *Water and*

⁶ Os terraços são uma técnica de cultivo em degraus em terrenos inclinados ou montanhosos, de modo a diminuir a susceptibilidade à erosão e o escoamento superficial da água.



*Agriculture in the Green Economy*⁷, cerca de 70% da água doce utilizada pelo homem é para atividades agrícolas. Com tamanha demanda, locais em que o bioma tende a serem mais áridos, as atividades agrárias não é tão desenvolvida quanto em biomas mais temperados.

É relevante também lembrar que os fatores humanos influenciam e impactam a natureza, através das diversas atividades desenvolvidas por ele. A mineração, urbanização e o desmatamento influenciam diretamente no clima da região, afetando a produção agrícola.

3.1.4. Aspectos Culturais

Segundo o historiador Roque Larai⁸, cultura é o conjunto de ações, tradições e hábitos de um determinado grupo que, posteriormente, vem a representar a sua identidade. Os povos nativos latino-americanos, desde a história da sua descoberta até os dias atuais, passando pela sua exploração, ainda mantêm diversas de suas tradições culturais, principalmente no que tange à agricultura.

Para entender melhor as questões indígenas, é preciso entender o significado da terra para eles. A questão religiosa é intensa entre os povos indígenas e muitos acreditam que deuses e entidades mitológicas estão conectados aos elementos da natureza e é o território onde se manifestam. Com isso, para eles, cuidar da terra não é somente cultivar seu alimento, mas também é uma forma de se ligar ao divino e espiritual. A forma de cultivo desse povo é diferenciada, marcada pelo seu cuidado com a terra e técnicas arcaicas, utilizando-se do trabalho braçal, não utilizando de recursos tecnológicos. **(Ver tópico 5.1)**

Para os quilombolas, a agricultura é, em grande parte, voltada para o sustento de sua comunidade. Como historicamente suas terras não são tidas por direitos⁹, é geralmente em pequenos minifúndios onde os próprios moradores cultivam. Em alguns quilombos, o restante da produção é vendido para o município e outras comunidades para garantir uma renda.

⁷http://www.un.org/waterforlifedecade/green_economy_2011/pdf/info_brief_water_and_agriculture_eng.pdf

⁸ **Cultura: Um conceito antropológico.** 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 112 p.

⁹ Muitos quilombos perderam partes importantes de suas terras para posseiros e grileiros, e outros tiveram seus territórios ocupados pelas Unidades de Conservação ambiental. **(Ver tópico 5.2)**



A atividade agrária camponesa e de pequenos produtores, na América Latina e Caribe, é bem evidente e muito praticada. Ela se baseia por ser comumente familiar, assalariada e realizada em uma policultura de minifúndios, juntamente com a produção animal, como bovinos, suínos e equinos. Geralmente é realizada somente para o sustento e pequenas vendas.

Características semelhantes a todos os grupos que influenciam na produção podem ser analisados, como é o caso da baixa escolaridade. De acordo com estudos realizados o grau de escolaridade influencia diretamente o produto agrícola, ou seja, à medida que se aumenta o investimento em capital humano nos países, reduzia a ineficiência técnica destes. (FERREIRA; ARAUJO; TABOSA; LIMA, 2017)

Por fim, a prática de manter algumas tradições nas práticas agrícolas é algo comum, devido à importância de tal para determinados grupos. A diversidade cultural é algo existente e, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, deve ser respeitada e promovida.

3.2. Concentração Fundiária

Para entender melhor acerca da concentração fundiária na América Latina, deve-se voltar à época em que os colonizadores europeus chegaram nessas terras. No final do séc. XV, em vista a colonizar as terras recém-chegadas, passaram a desenvolver alguns meios de fixarem tais terras. Os meios utilizados foram através do povoamento e da exploração.

A exploração do espaço latino-americano foi através de alguns passos, que tinham como objetivo retirar os índios de suas terras, introduzir o trabalho escravo e extrair os recursos. Para que isso ocorresse, foram dados grandes latifúndios para produtores agrícolas para que pudessem cultivar e exportar. Com isso a concentração de grande parte das terras ficou na mão de poucas pessoas. Para a realização de tal prática, era utilizado o sistema *plantation*, que utilizava de mão de obra escrava para reduzir os custos. **(Ver tópico 3.1.1)**

No período inicial de exploração, observou-se grande potencial mineral nas terras latinas. Cidades como Potosí, na Bolívia, e Ouro Preto, no Brasil, ficaram famosas por suas grandes concentrações de prata e ouro, respectivamente. Com tamanha riqueza, exploradores europeus vinham para essas terras para obter lucros



e formas de ganhar capital. Para isso, foram desmatadas diversas áreas e os habitantes dessas regiões, os índios nativos, foram expulsos e/ou exterminados.¹⁰

Após um período, a escravidão foi sendo abolida nos países da América, fazendo o sistema *plantation* desaparecer, contudo, deixando diversas de suas marcas. Escravos que não possuíam terras acabavam indo para diversos quilombos ou para áreas mais precárias e afastadas dos centros das cidades. Índios que foram catequizados foram perdendo partes essenciais de sua cultura; já os que não aceitavam a catequização, acabaram sendo escravizados.

Uma proposta levantada por alguns governantes visando à redução das consequências deixadas por esse período é a chamada Reforma Agrária. **(Ver tópico 5.4.1.)** Ela tem como princípios o conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição das terras através da desapropriação, pelo Estado, de latifúndios a fim de promover a justiça social, desenvolvimento rural sustentável e o aumento da produção, redistribuindo essas terras.^{11,12}

A primeira proposta de reforma agrária no território latino-americano foi feita no início do século XIX, no ano de 1815, pelo uruguaio José Artigas.¹³ Após essa época, diversos outros países criaram modelos diferentes que visavam beneficiar diversos camponeses com a divisão igualitária das terras. Porém, nem todas as nações conseguiram promover da maneira que lhe foi pensada. Houve sim uma divisão mais justa, porém, diversos fatores, sejam econômicos, políticos ou sociais, atrapalharam a justa repartição da terra. Na segunda metade do século XX, houve um forte movimento latino-americano acerca das propostas de reforma agrária.

Após análises, estudos e com auxílios de estatísticas da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), os pesquisadores Sérgio Leite e Rodrigo Ávila construíram a tabela (Tabela 3) acima para elucidar a questão do espaço agrário vigente no território da América do Sul.¹⁴ Os países analisados foram: Argentina, Brasil, Colômbia, Paraguai e Peru. É possível observar que devido

¹⁰ GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. Uruguai. 1978.

¹¹ Estatuto da Terra. Lei nº 4504/64.

¹² (Reforma Agrária – Verbete. Dicionário Educação do Campo, p.659).

¹³ <http://www.biblioteca.org.ar/libros/158184.pdf>

¹⁴ http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000300010&script=sci_arttext&lng=es#fig02



suas extensões territoriais, eles representam uma grande porcentagem do continente sul-americano.

Tabela 3. Estrutura Agrária da América do Sul
(Brasil, Argentina, Paraguai e Colômbia)

Tamanho dos Estabelecimentos	Número de Estabelecimentos	Área total dos estabelecimentos (ha)	Estabelecimentos (% do total)	Área (% do total)
Até 5 ha	3.293.544	6.260.251	40,89	1,02
De 5 a 10 ha	1.101.506	7.729.991	13,68	1,26
De 10 a 20 ha	1.106.075	15.269.969	13,73	2,49
De 20 a 50 ha	1.168.587	36.262.426	14,51	5,91
De 50 a 100 ha	582.079	40.366.821	7,23	6,58
De 100 a 200 ha	383.095	51.455.443	4,76	8,39
De 200 a 500 ha	249.985	76.466.263	3,10	12,46
De 500 a 1.000 ha	86.971	59.931.848	1,08	9,77
Mais de 1.000	82.570	319.832.413	1,03	52,13
TOTAL	8.054.412	613.575.425	100,00	100,00

Fonte: Censo Agrícola Mundial de 1990 – FAO. Elaboração dos autores.

A legenda “Tabela 3” não corresponde com a numeração do guia.

Na tabela, é possível observar que uma grande parcela dos estabelecimentos detém uma pequena área. Já estabelecimentos com grandes extensões, mais de 1000 hectares, que representam uma mínima parcela do total de estabelecimentos, apresenta mais da metade da área total.¹⁵ Com isso, analisa-se que na América do Sul pouca terra está na mão de muitos e muita terra está na mão de poucos.

Além do fato de haver uma grande porcentagem de terras na mão de poucos, outro aspecto que se pode observar é que parte dessas terras está nas posses de grandes empresas, sejam nacionais quanto estrangeiras. Diversas dessas empresas contam com apoio de alguns Estados e Governos, que frequentemente subsidiam com recursos diretos e/ou por meio de facilitação do acesso às terras públicas nos seus estabelecimentos.¹⁶

A estrangeirização dos capitais de origem agrícola vem crescendo em território latino, como se pode observar com a compra de largas extensões de terras por parte de estrangeiros para cultivos alimentares, produção de biocombustíveis,

¹⁵ Alguns países não divulgaram os dados acerca da distribuição de terras e outros divulgaram de forma não padrão, o que dificultou a elaboração de um posterior quadro conjunto.

¹⁶ <http://www.fao.org/docrep/012/al413p/al413p00.pdf>



entre outros. Esse fator não é algo novo, como ocorreu durante o período de colonização, no qual a produção nas colônias era pertencente às metrópoles.

Dessa forma, a concentração de terras tem dois lados: o do avanço do capital e da desigualdade de terras. Quanto maior o terreno, maior a produção de determinada cultura. Isso possibilita que seja importado e exportando, alavancando a economia. Por outro lado, é possível observar que a concentração do capital e a concentração fundiária impedem a promoção da justiça social, deixando milhões de pessoas à margem do processo de cidadania plena ao não garantir o direito básico de acesso à terra.

3.3. Agronegócio

O termo *agribusiness* (agronegócio) foi criado em 1957 por dois professores da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldberg, definindo como¹⁷:

O conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários 'in natura' ou industrializados. (apud RUFINO, 1999).

Assim, entende-se por agronegócio a totalidade das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento do processamento e da distribuição.¹⁸ Em suma, pode-se resumir ao todo o processo produtivo que envolve o cultivo e a pecuária.

Para melhor compreensão do tema, é preciso entender que seja grandes indústrias do ramo ou pequenos agricultores, ambos estão envolvidos no agronegócio. Contudo, existem diversas diferenças e barreiras entre os diferentes grupos, como, por exemplo, os mais pobres não possuem o mesmo nível tecnológico que as grandes indústrias.

3.3.1. Importância do agronegócio na economia

O setor agrícola detém de uma grande importância econômica e, por fazer parte do primeiro setor, é capaz de derivar diversos produtos. Além disso, grande

¹⁷ ARAÚJO, Massilon J. Fundamentos de Agronegócios. Brasil. 2007

¹⁸ <http://www.gestaonocampo.com.br/conceito-de-agronegocio/>



parte das nações existentes possuem tal atividade como grande influenciador do PIB. Diversos países têm como bases de suas economias atividades providas do agronegócio, principalmente os em desenvolvimento, pois além de garantir a alimentação de sua população, contribui para o crescimento da exportação, possibilitando o país crescer.

Dentre seus benefícios econômicos, existe a geração de empregos, que segundo informações do DNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), entre os dez segmentos econômicos que geram empregos a um menor custo, sete são do agronegócio. É interessante mostrar também que quanto aos gastos das famílias brasileiras, aproximadamente 45% estão ligadas a produtos desse ramo, revelando o quão intimamente os brasileiros estão ligados com esse setor.

O agronegócio também está envolvido na produção de combustíveis e biocombustíveis, sendo primordial nas questões alimentícias, sejam de produtos orgânicos ou industrializados. Em suma, ele se apresenta em variados setores da economia, porém, detém de diversas críticas. **(Ver tópico 3.3.3.)**

3.3.2. O agronegócio na América Latina

Como já visto nos tópicos anteriores, a colonização da América Latina teve um papel importantíssimo na concentração fundiária que está presente até os dias de hoje. O agronegócio foi importante para manter e movimentar a economia de diversos países durante esse período e, com o passar dos anos, criou diversas tecnologias e novas formas de cultivo a fim de possibilitar uma maior produção. A Revolução Verde auxiliou nesse acréscimo da produção, possibilitando uma ampliação na questão tecnológica.

Com avanço do sistema capitalista, grupos indígenas, quilombolas e camponeses se viram na necessidade de arrecadar capital, o que fez com que tais grupos entrassem também no ramo do agronegócio nos mais diversos países.

Segundo dados e relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), um a cada cinco habitantes da América Latina e Caribe trabalham no setor do agronegócio. Segundo esses dados, tal número também tende a cair com a crescente urbanização existente.



3.3.3. Críticas acerca do agronegócio

Ainda com tamanha importância e imponência do agronegócio em território latino-americano, este ainda é alvo de diversas críticas, envolvendo questões sociais e problemáticas ambientais, econômicas e morais.

Um dos principais julgamentos existentes é sobre o desmatamento causado para a prática desse setor: segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o agronegócio foi responsável por 70% do desmatamento da América Latina, de acordo com o relatório “O Estado das Florestas do Mundo 2016”¹⁹. Na Amazônia, a produção para os mercados internacionais foi o principal fator para o desmatamento após 1990, resultante de práticas como o pastoreio extensivo, o cultivo de soja e plantações de palma azeiteira (dendê). A utilização de água é uma das preocupações de ambientalistas, visto que aproximadamente 70% da água doce no mundo é destinada para a agricultura.

Outra crítica é sobre o desmatamento e desapropriação de áreas indígenas para a produção agropecuária, causando diversas mortes e o empobrecimento deles. Com a falta da demarcação de territorial e a falta de direitos, são gerados constantes conflitos entre indígenas e agricultores. Com o avanço da agricultura e com o seu uso como base da economia, diversos empresários questionam se haveriam muitas terras para poucos índios, o que implicaria e funcionaria como uma barreira para o desenvolvimento. Em contrapartida, os povos indígenas reivindicam as terras que lhes são por direito e que possuem grande importância sociocultural e política.

Com tamanha relevância do capital provindo das atividades relacionadas à agropecuária, surge também o auxílio dos Estados com os grandes empresários e um descuido com os pequenos agricultores. Nesse contexto, a relevância do agronegócio familiar é notável, tendo em vista a sua importância para a geração do

¹⁹ Relatório completo: <http://www.fao.org/3/a-i5588s.pdf>



sustento de diversas famílias. Eduardo Galeano²⁰ no prefácio de uma de suas principais obras – *As Veias Abertas da América Latina* – indaga:

Agora é a vez da soja transgênica, dos falsos bosques da celulose e do novo cardápio dos automóveis, que já não comem apenas petróleo ou gás, mas também milho e cana-de-açúcar de imensas plantações. Dar de comer aos carros é mais importante do que dar de comer às pessoas. E outra vez voltam as glórias efêmeras, que ao som de suas trombetas nos anunciam grandes desgraças.

Com tamanha produção agrícola, que ultrapassa a quantidade necessária para a alimentação da população latino-americana, é questionado o porquê de atualmente existirem diversas populações sem alimentação na América. Uma das críticas levantadas por Galeano é a preocupação que os países mais desenvolvidos têm em alimentar os seus carros ao invés de alimentar as pessoas.

Outra crítica levantada é acerca das práticas utilizadas para o aumento da produção, como o uso de agrotóxicos e a utilização e desenvolvimento de sementes transgênicas. O uso de remédios para evitar a proliferação de pragas, que muitas vezes são nocivos aos seres humanos, é condenável devido à fácil absorção das plantas em presença desses produtos. Já as sementes geneticamente modificadas ainda não possuem relatórios efetivos sobre sua nocividade.

Ainda assim com o fortalecimento do PIB e da agricultura, é criticado também o crescente fortalecimento do capital de grandes indústrias e latifúndios e o empobrecimento de pequenos agricultores. A concentração de capital nas grandes empresas é uma barreira existente para o desenvolvimento dos pequenos produtores. Com tal desenvolvimento, existe uma crescente mecanização do campo, substituindo os trabalhadores por máquinas, aumentando assim o êxodo rural.

4. Segurança alimentar no campo

A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura a alimentação como um dos elementos indispensáveis à vida humana. Concedida em uma realidade de fome mundial, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, a Declaração resultou, entre outras medidas, a criação da própria FAO.

²⁰ Escritor uruguaio ganhador de diversos prêmios internacionais. Uma de suas obras “*As Veias Abertas da América Latina*” relata a história de exploração da América Latina, com enfoques na mineração e na agricultura e suas posteriores consequências.



Durante a Primeira Cúpula Mundial sobre a Alimentação, em 1996, foi elaborado a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial, na qual foi reafirmado pelos Estados o direito alimentação, juntamente com os adjetivos saudáveis e apropriados, ou seja, uma alimentação capaz de suprir não somente a fome, mas as necessidades da saúde. Dessa forma, o direito a uma alimentação saudável passa a ser mais um dever das nações, que devem então preocupar com a distribuição alimentícia e sua qualidade, evitando situações como desnutrição, obesidade e doenças causadas por hábitos ruins ou alimentos inadequados.

4.1. Impactos da agricultura extensiva

A agricultura expansiva pode ser vista como um meio de violação do direito humano a alimentação, principalmente, a segurança alimentar. Este tipo específico de agricultura, apesar de ser capaz de produzir uma grande quantidade de alimentos, é focado no comércio e não necessariamente supre a fome do povo.

Existem ainda outros pontos que podem ser vistos como ações contrárias ao bem estar nas grandes produções de alimentos. Estas plantações são responsáveis por gerar grandes áreas de desmatamento, danificar o solo, entre outras consequências. Dessa forma, a população local se prejudica quanto à capacidade de se suprir e alimentar adequadamente. Também é um resultado da agricultura expansiva a pouca variedade de alimentos, pois enormes áreas são utilizadas para um mesmo fim, levando à falta de certos nutrientes necessários a população.

Deve-se levar em consideração a qualidade dos alimentos produzidos e o que é utilizado, como agrotóxicos e certos tipos de fertilizantes, fazendo com que até mesmo os alimentos produzidos sejam um risco à segurança alimentar. Esses componentes utilizados na agricultura podem infectar as águas locais e produções menores, sendo perigosos até mesmo para menores produtores.

O médico brasileiro Josué de Castro durante suas pesquisas referentes a alimentos quis ressaltar a importância em escapar da tendência da agricultura extensiva, incentivando pesquisas na área em todo o mundo, acreditando que as entidades internacionais se encontravam incapacitadas de combater a fome da maneira que agiam. Para ele era necessário defender uma produção focada na



população e suas necessidades, no combate a fome, e não em uma produção focada no mercado e lucro.

Assim, é necessário avaliar sempre os prós e contras das grandes produções, que são capazes de produzir grandes quantidades, mas, muitas vezes, incapazes de preservar a segurança alimentar. Discutir a segurança e necessidade da população é essencial para garantir a execução do seu direito.

5. Conflitos no campo

O meio rural da América Latina está atravessado por intensos conflitos e por alto índice de pobreza. Disputas por terra, demarcação de áreas indígenas e quilombolas, concentração fundiária, desigualdade e violência, são alguns dos problemas sociais mais expressivos dessa região.

As políticas aplicadas para solucionar essas questões muitas vezes se mostram superficiais e não conseguem atingir a raiz dos problemas ou modificar a estrutura do campo. O cenário rural da América Latina evidencia a necessidade para a discussão de medidas que realmente possam melhorar a vida dos moradores do campo, já que a pobreza rural atinge 60 milhões de pessoas e afeta 46,2% da população latino-americana, segundo a Organização Internacional do Trabalho (2015).

5.1. Terras indígenas

As terras indígenas são áreas territoriais designadas aos povos nativos dos Estados. Estas terras são muitas vezes delimitadas pelos governos destes países e nelas as tribos têm, em teoria, o seus costumes respeitados, podendo exercer as características de cada um de suas culturas.

No entanto, muitos povos indígenas não possuem terras “formais” concedidas pelo Estado, sendo marginalizadas e levadas a sair de suas terras muitas vezes sagradas para sua religião e costumes. Até mesmo os territórios demarcados sofrem constantes invasões e conflitos jurídicos quanto aos seus limites, deixando todos ali em perigo e em situações difíceis, quanto a suprimentos e qualidade de vida.



Quando a demarcação de terras é feita, muitas vezes, os limites históricos e significantes para a tribo em questão não são respeitados pelos governos, que são influenciados por grandes produtores agrícolas e interesses econômicos. Este fato leva a diversos conflitos e movimentos indígenas que lutam para ter suas terras e cultura preservadas, porém, em sua maioria, são ignorados.

Existem conflitos pós-demarcação territorial, quando ocorrem invasões dessas áreas por agricultores interessados no solo da região ou empresas e outros exploradores que desejam recursos específicos do local (rios e fontes para hidrelétricas, minerais e outros). Essas invasões, ou apenas movimentos jurídicos, são acarretadas de grande influência política e econômica levando a retirada da demarcação ou mudança do local especificado, de forma que a tribo seja levada a um novo local, que não possui relações culturais como o que é retirado de sua posse.

Muitas vezes durante a batalha travada entre governo, indígenas e demais interessados na região conflitos físicos ocorrem, levando até mesmo em mortes de alguma das partes. Existem diversos relatos em toda a América Latina de invasões resultando em retaliação por parte dos indígenas, ocasionando uma pequena guerra local.

Os próprios governos dos países são muitas vezes responsáveis por violações e conflitos em terras indígenas, em geral, eles possuem desejos quanto aos recursos encontrados na região, levando a intervenções na área. Ocorrem casos onde há a tentativa de imposição cultural em territórios demarcados ou não, levando materiais e pessoas não inclusas naquela sociedade as terras indígenas.

Assim um padrão visto nos países latino americanos é a concentração latifundiária e de exploração muitas vezes acontecendo em terras indígenas. É importante ressaltar ainda o descaso com este povo, que são frequentemente marginalizados e representam um grande percentual da população pobre onde vivem.

Outros casos de conflitos comuns nas Américas quanto às terras indígenas envolvem os exércitos, pois frequentemente estas estão localizadas em regiões fronteiriças, de forma a ser uma justificativa de sua entrada nestas áreas. Durante esse processo acontecem muitas violações destes povos.



5.2. Terras quilombolas

As comunidades quilombolas são grupos com um contexto histórico particular a eles, relacionado diretamente ao passado escravocrata do continente americano. As terras de posse destas comunidades possuem diversas origens, como a troca de prestação de serviços e movimentos de resistência à estrutura social da época de sua delimitação.

Os problemas das terras pertencentes a estes grupos são muito semelhantes aos das terras indígenas, havendo menos conflitos por questões de exploração e recursos por possuírem menores extensões e quantidades. No entanto, os quilombolas são mais ignorados pelo governo e população como um todo, tendo suas reivindicações menos divulgadas e mais facilmente esquecidas. Dessa forma, problemas com a reivindicação de terras, recursos e demais necessidades são mais agravadas.

Então, é importante perceber as necessidades destas comunidades e protegê-las, que muitas vezes possuem poucos ou quase nenhum direito. Existem projetos na América com esse fim como o: “Quilombos das Américas – Articulação de Comunidades Afrorrurais” ²¹, que visa promover o acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais, além de conceder a soberania alimentar deste povo, que muitas vezes não possui um grande acesso à alimentos.

5.3. Desigualdades no campo

Após as tentativas para a redemocratização do acesso à terra na América Latina, a discussão acerca da qualidade de vida dos trabalhadores rurais, assim como de suas capacidades produtivas, ganharam ênfase. De acordo com Favareto (2010), entre 1948 e 1960, o Banco Mundial havia investido 6% do financiamento total em programas rurais. Nesse mesmo período houve a criação do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA). Mesmo com investimentos financeiros, a qualidade de vida dos camponeses não apresentou grande mudança, já que havia carência de recursos humanos.

²¹ http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/images/quilombos/PDFs/livro_quilombo_das_americas.pdf



Uma solução encontrada foi priorizar pequenos proprietários com a posse de terra. Em muitas áreas essas medidas se mostravam como condições iniciais para o desenvolvimento rural (FAVARETO, 2010). Diferentemente da Reforma Agrária, esses projetos tinham o intuito de regularizar terras e não realizar a partilha das mesmas.

Os desafios para essas medidas se encontraram não só nos regimes políticos latino-americanos da época, como também na burocracia existente para a regularização de terras. Havia problemas com relação às exigências das organizações internacionais e a disponibilidade de recursos humanos locais. Desse modo, a condição do pobre rural pouco se modificou (FAVARETO, 2010).

Segundo Favareto (2010), entre 1960 e 1980, a ausência de políticas estruturais para o mundo rural, foi grande limitante para o desenvolvimento da vida rural, tendo possibilidade de melhorias restritas a programas pontuais apoiados por organismos internacionais. A partir dos anos 1980, a relação entre o crescimento econômico e a produção de alimentos e o aumento da pobreza rural e da desigualdade faz com que novas políticas fossem introduzidas no campo.

Os organismos internacionais pressionaram a discussão desse tema, porém, crises relacionadas à dívida externa fizeram com que os governos abandonassem políticas específicas para o desenvolvimento e buscassem meios para reestruturar a economia. Uma das medidas adotadas foi a retomada da agricultura como uma saída produtiva, a fim de manter a balança comercial positiva e incrementar e diversificar os produtos destinados à exportação. O impacto dessas medidas na economia foi positivo, o que não ocorreu na vida dos camponeses (FAVARETO, 2010).

As comunidades indígenas, camponesas e os pequenos proprietários são os mais afetados pela pobreza rural, de acordo com J. Chonchol, citado por Leite e Ávila (2007). Os dados da CEPAL sobre a população pobre e extremamente pobre da América Latina são apresentados na Tabela 1.

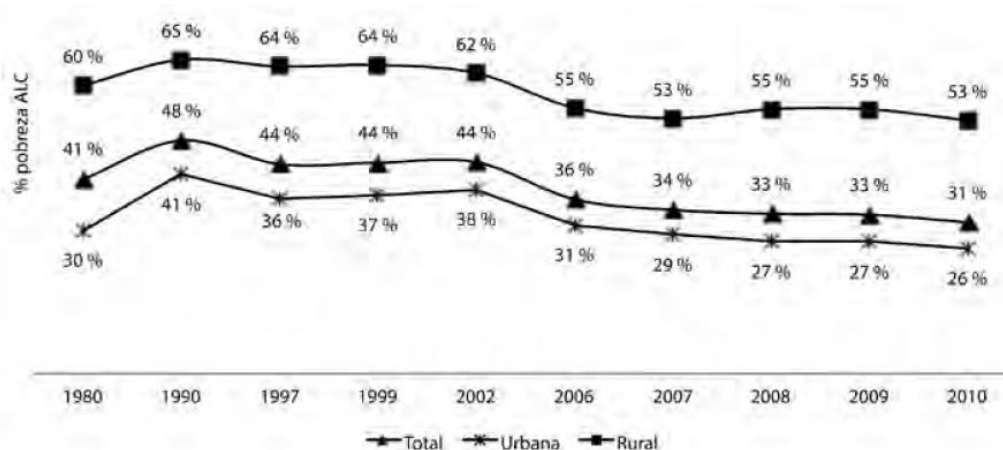
Tabela 1 População pobre e extremamente pobre no meio rural – América Latina (%)

Países	População rural em condições de pobreza (% sobre a população rural total)	População rural em condições de extrema pobreza (% sobre a população rural total)
Brasil	75,5	36,5
Chile	57,1	32,6
Colômbia	66,6	38,1
Costa Rica	51,1	29,2
El Salvador	42,8	21,4
Honduras	44,4	25,4
México	78,0	44,6
Panamá	54,8	31,3
Peru	43,3	28,9
Republica Dominicana	56,3	32,2
Venezuela	86,2	49,2

Fonte: CEPAL (1997), citada por (LEITE; ÁVILA, 2007).

O número de pobres da América Latina aumentou em 3 milhões desde 1990, chegando a 9 milhões, de acordo com um relatório de 2005 da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), citado por Leite e Ávila (2007). Nessa região, como em outras partes do mundo, de acordo com a FAO, a pobreza afeta particularmente a população rural (LEITE; ÁVILA, 2007). A Figura 1 apresenta dados da evolução da pobreza na ALC em um período de 10 anos.

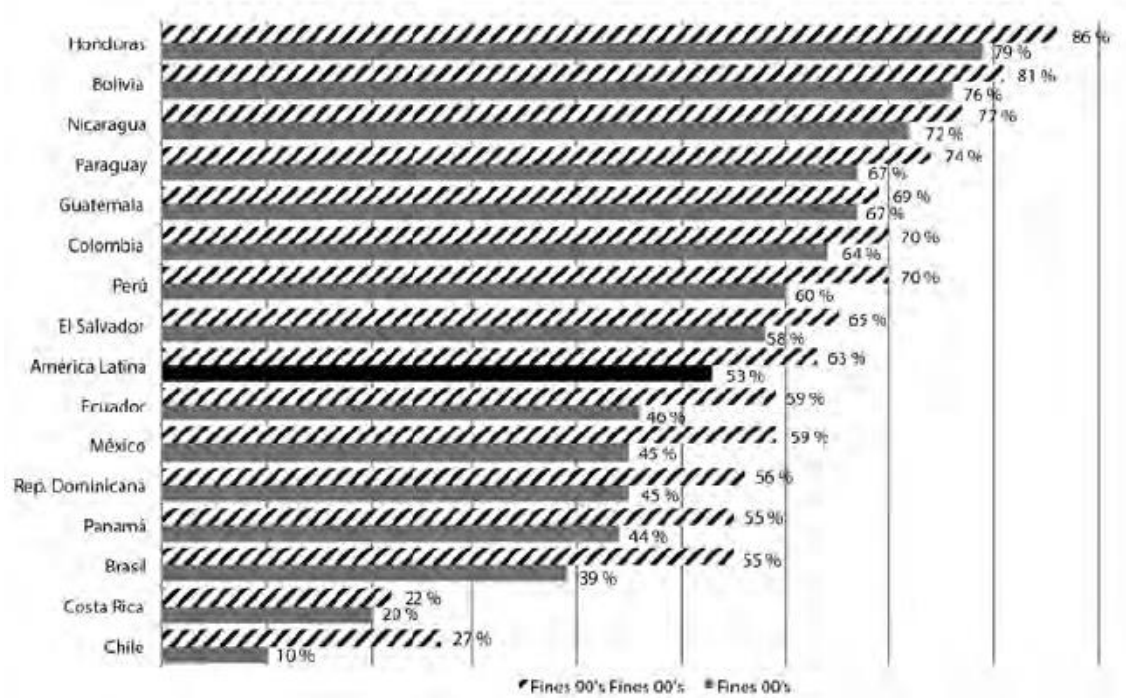
Figura 1 População abaixo da linha da pobreza na ALC (América Latina e Caribe). Período 1980 – 2010 (%)



Fonte: CEPAL, citado por FAO (2013).

A Figura 2 exibe a evolução da pobreza rural nos países da América Latina.

Figura 2 Evolução da população rural abaixo da linha da pobreza nos países da América Latina na última década (%)



Fonte: CEPAL, citado por FAO (2013).

De acordo com um relatório publicado em 2015 pela OIT, as pobreza rurais têm reduzido em velocidade maior que a pobreza urbana, devido a vários fatores, entre eles a dinâmica do mercado agrícola e as atividades múltiplas realizadas no espaço rural. Entretanto, grande parte dessa população ainda é pobre.

Segundo o relatório publicado pela OIT (2015), 46,2% da população rural eram pobres em 2014, sendo 27,6% constituída por famílias indígenas. Apesar de representarem apenas 8% da população total da região, os índios representam 14% das pessoas pobres que vivem com um e vinte e cinco dólares ou menos por dia. A pobreza urbana, no entanto, corresponde a 23,8% da população. Logo, há no campo latino-americano 60 milhões de pessoas pobres. Para países do Caribe com alta população rural como, Guiana, Belize, Santa Lúcia e São Cristóvão e Neves, tem-se altas taxas de pobreza.

A origem da pobreza rural não está diretamente relacionada ao mercado de trabalho. Entretanto, a FAO concluiu que a maioria dos pobres trabalha com



atividades agrícolas. Isso mostra que esse setor não garante qualidade suficiente aos empregados e que possui rendimento menor em relação aos ou outros setores não agrícolas nas zonas rurais. A origem da pobreza rural não está diretamente relacionada ao mercado de trabalho. Porém, como a maior parte dos trabalhadores exercem atividades agrícolas, esse setor não promove a melhoria na qualidade de vida para os empregados (já que a maioria permanece na pobreza).

Enquanto isso, as atividades não agrícolas, de acordo com estudos da FAO, segundo a OIT, garantem segurança de vida maior para os trabalhadores. Outra relação da pobreza e o mundo do trabalho é a informalidade. Os mais pobres são aqueles que não são formais. Segundo a OIT (2015), isto ocorre com pequenos proprietários, trabalhadores autônomos e assalariados.

Em 2010, na Bolívia, Brasil, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Paraguai e Peru, mais da metade dos trabalhadores rurais eram pobres. Nos países com menores taxas de pobreza, como Costa Rica e Chile, a incidência da pobreza na agricultura é superior às atividades rurais não agrícolas.

De acordo com Rodriguez, uma das razões para a diminuição da pobreza rural é a ocupação desse espaço com atividades rurais não agrícolas. Para enfrentar a pobreza no campo, é necessário então, assegurar direitos trabalhistas no campo, para as atividades agrícolas ou não. A diversificação da economia também desempenha um papel fundamental nesse processo, junto com a segurança alimentar e estabilidade econômica da agricultura.

De acordo com a OIT, dos jovens latino-americanos que vivem na pobreza, 46% vivem no meio rural. Isso ocorre pela maior dificuldade em entrar no mercado de trabalho e pela diferente acesso à educação para esses grupos. Enquanto 41% dos jovens urbanos estão estudando aos 13 anos, apenas 9% dos jovens rurais estão na escola nessa idade.

No campo, as famílias mais atingidas pela pobreza são as indígenas e negras. Devido a esse fator, torna-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas para dar a devida assistência para essas populações que não têm os direitos fundamentais garantidos.



Observando os dados que revelam que a maior parte da população em extrema pobreza reside zonas rurais, o enfrentamento da pobreza rural é um desafio que deve ser prioridade nas agendas dos governos. Para isso, políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida no campo devem ser estudadas e aplicadas, tais como para erradicação da fome e a garantia do acesso à terra.

5.3.1. Pobreza e violência rural

A violência no campo é consequência de diversos fatores, dentre eles, a falta de acesso aos serviços básicos, sendo um obstáculo para a segurança alimentar desse espaço. Um dos motivos para o êxodo rural de jovens camponeses, segundo Ricardo Rapallo citado por Solano (2015), é a violência, assim como o fato desse espaço não fornecer estrutura básica de saúde, educação e lazer.

Segundo Anibal Quijuano, citado por Ramos (2003), a elite branca que comandou o processo de independência dos países latino-americanos representava de 7 a 10% da população total. Isso originou um padrão de poder de uma minoria branca em relação às outras populações existentes, como indígenas, negros e camponeses. A exclusão da maior parcela da sociedade aumenta a violência e os conflitos sociais. Tendo em vista o espaço rural, a concentração de propriedades e de renda, assim como a desigualdade e a ausência de políticas públicas para melhoria da qualidade de vida, são fatores que marginalizam famílias e que aumentam a violência no campo.

A violência aos agentes militantes do campo se manifesta como perseguição política, expulsão de produtores familiares, precarização das condições de trabalho no campo etc. (SANTOS, 2002). As vítimas dessas opressões são famílias quilombolas, indígenas e camponesas. A impunidade e ausência de assistência social rural faz com que a violência se intensifique, refletindo um cenário de impunidade contra os agentes opressores.

As agressões contra indígenas, quilombolas e camponeses sem terra se encontram completamente naturalizadas, tanto na desapropriação de terras como na ausência de estratégias governamentais para tornar o acesso à terra mais justo (RIVERO). A violência se torna não apenas uma condição para a manutenção da



estrutura fundiária, como também um fator psicológico que permite a legitimação da violência contra identidades vulneráveis na sociedade.

Os povos indígenas se mostram em situação vulnerável no campo, especialmente pelo fato de seus territórios abarcarem terras de interesse econômico. Apesar do reconhecimento dos direitos a terra, a demarcação das terras indígenas ocorre em ritmo lento em muitos Estados latino-americanos, como Brasil, Paraguai, Honduras, Colômbia e Guatemala. Esse processo faz com que muitas culturas remanescentes sejam violentadas e que as famílias não tenham os direitos fundamentais respeitados (OXFAM, 2016).

As mulheres que atuam no campo são vítimas não só das violências já citadas, como também violência sexual. Segundo Oxfam (2016), o assassinato da ativista hondurenha Berta Cáceres, por atuar na resistência contra um projeto hidrelétrico, expõe a vulnerabilidade das mulheres militantes do campo.

A violência rural é uma das consequências da desigualdade. Desse modo, enfrentar a pobreza é um dos mecanismos para a redução dos índices de violação aos direitos da população do campo. Assim como a realização de políticas públicas para a melhoria do acesso à terra e das condições de trabalho do campo. É fundamental que haja o combate à impunidade, implementação de medidas de proteção às comunidades indígenas e quilombolas e a descriminalização de movimentos e de militantes sociais.

5.4. Acesso à terra

Em um cenário latino-americano de grande movimentação política e revolucionária da metade do século XX, o debate da reforma agrária como agente para o desenvolvimento rural ganhou destaque. De acordo com Favareto (2010), a origem dessa discussão se dá com a Revolução Mexicana de 1910, ganhando maior importância com as revoluções asiáticas desse mesmo ano.

A FAO realizou um estudo em 1950 que indicava que a estrutura agrária da América Latina era marcada por restrita área para o minifúndio e presença do latifúndio. Na mesma época, a Comissão Econômica para América Latina e Pacífico (CEPAL) “apontava lento crescimento da produção em relação à demanda nacional e internacional e a necessidade de um processo de modernização acompanhado de



uma reforma agrária” (FAVARETO, 2010). Essa resolução foi também encontrada pelo Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA).

O tema se tornou de discussão fundamental em meados dos anos 1960, em que a Bolívia, Cuba e México, iniciavam o processo de redistribuição das terras. Essas experiências, no entanto, se mostraram insuficientes, pois não apresentavam propostas para a superação do latifúndio. Além do mais, a falta de políticas públicas para os pequenos proprietários, assim como da tecnologia de produção dos mesmos, limitaram as reformas estabelecidas (FAVARETO, 2010).

Ao longo dos anos 90, com avanço do neoliberalismo nos países da América Latina, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), retomou a discussão dos problemas do campo, adaptando a temática da reforma agrária para os eixos do modelo econômico vigente. A ação do BIRD se deu estimulando a mercantilização do acesso à terra, entrada do capital privado na economia rural e o combate à pobreza (SAUER & PEREIRA, 2006).

Entre os anos de 1995 e 1999, segundo dados de Sofia Monsalve Suárez, o BIRD investiu US\$ 700 milhões em projetos agrários. Já em 2000, o investimento foi de US\$ 1 bilhão. Dos 32 países que o BIRD concedeu empréstimos, entre 1990 e 1005, 33,3% eram latino-americanos e caribenhos.

A política de terras defendida pelo Banco, nesse momento, era apresentada como superação da concepção da reforma agrária passada, como uma política que não prejudicasse o mercado, mas contribuísse com o mesmo. A preocupação do organismo se deu, principalmente, para o combate à pobreza e a violência no campo, admitindo que esses fatores diminuem o potencial econômico do meio agrário. O Banco Mundial “reconheceu a necessidade de criação de mecanismos de acesso à terra como forma de aumentar as ‘oportunidades’ para os ‘pobres rurais e reduzir sua ‘vulnerabilidade’”(SAUER & PEREIRA, 2006).

O neoliberalismo acabou criando o Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM). Esta nova proposta tinha o objetivo de redistribuir terras que não cumprem função social por relação de compra e venda. Segundo estudiosos, “o MRAM foi criado para substituir algo (reforma agrária tradicional) que teria deixado de ser viável na atual fase do capitalismo”.



A crítica do MRAM ao modelo tradicional era basicamente na ineficiência do segundo. Sauer & Pereira (2006) apontam que o último deixou de ser viável porque:

Não resolveu o problema de falta de acesso à terra para um amplo contingente de trabalhadores rurais [...] é um modelo centralizado, estatista e burocrático, que desestimula a participação social, a transparência e o “empoderamento” dos beneficiários, e não cria as condições adequadas para as necessárias sinergias entre os setores público e privado, não permite a fluidez dos mercados, nem contempla a heterogeneidade socioeconômica e cultural do universo rural; não reduziu ou eliminou a pobreza rural, nem promoveu o desenvolvimento rural. (SAUER & PEREIRA, 2006, p.23-24).

Desse modo, o MRAM seria melhor que o modelo tradicional, presente nos ideários revolucionários anteriores, pois:

Custa menos; tem caráter voluntário, descentralizado e ‘dirigido pela demanda’, o que favorece a participação e a autonomia dos beneficiários, estimula ações criativas para a superação de dificuldades e a autonomia dos beneficiários, e responde melhor às necessidades locais; estimula a cooperação; permite a realização de atividades agrícolas e não agrícolas; é coerente com a liberalização das economias nacionais, que pressupõe a fluidez das relações mercantis em todos os setores. (SAUER & PEREIRA, 2006, p.25- 26).

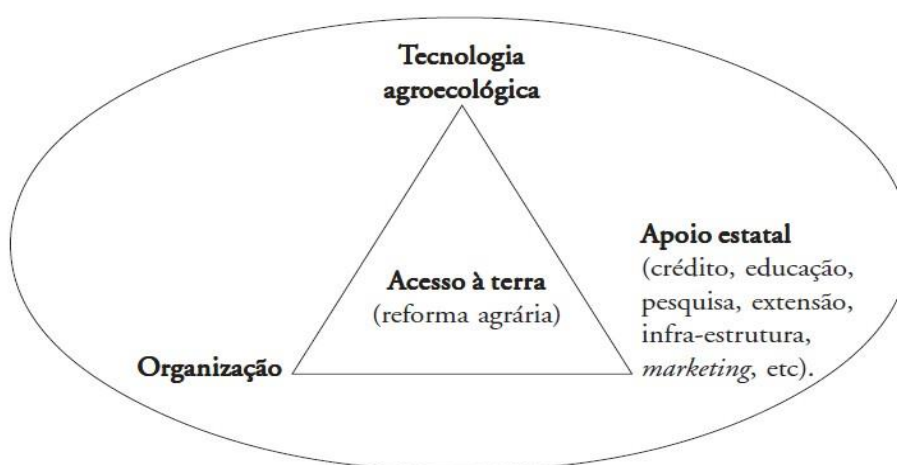
As reformas agrárias na América Latina enfrentavam, na maior parte das vezes, um inimigo comum: setor agrícola ineficiente e socialmente injusto. O objetivo das reformas era modernizar o campo, com base nos princípios do modelo de reforma agrária de mercado. Esse processo, de acordo com a Nota à Imprensa da XXX Conferência Regional para a América Latina e o Caribe (2008), é insuficiente para tirar as famílias rurais da pobreza. Isso depende, ainda de acordo com a fonte, de serviços financeiros e não financeiros.

O acesso à terra na América Latina e Caribe, tendo em vista tal cenário, é desigual e contribui para a violência e pobreza rural. Não basta redistribuir terras sem o planejamento eficiente da função que os pequenos proprietários e pobres rurais terão sobre a mesma. É preciso compreender a situação de cada país, de cada grupo social que ocupa o campo, e com muito compromisso, tornar o espaço rural um espaço mais democrático.

5.4.1. Reforma Agrária

Segundo Sauer e Pereira (2006), somente dois governos contemporâneos têm um compromisso eficaz com a reforma agrária autêntica, Cuba e Venezuela. No primeiro país, a reforma agrária empreendida permitiu a transformação do modelo agroexportador para um de soberania alimentar, nos anos noventa. A Figura 5 condensa os elementos básicos que tornaram essa mudança viável.

Figura 5. Elementos básicos da reforma agrária em Cuba



Fonte: Sauer & Pereira (2006).

Uma das questões que expressam a necessidade de se abrir espaços na agenda internacional para a discussão da reforma agrária é a maturidade e crescimento de movimentos de trabalhadores, camponeses e sem-terra (SAUER & PEREIRA, 2006). Tais grupos expressam a necessidade das mudanças no espaço rural, para a melhoria da vida dessas populações. Entretanto, esses mesmos grupos, muitas vezes são violentados pelo próprio Estado e por agentes de poder no espaço rural. É necessário garantir que todos os movimentos tenham garantia de seus direitos e possam se expressar livremente.

Segundo Barraclough, a redistribuição de terras pode cumprir várias funções em um desenvolvimento sustentável. Se o processo de fato distribui terras de qualidade para pessoas pobres, a redução da pobreza e melhoria do bem-estar humano será observada. Isso ocorreu com países de grande importância econômica, como Japão e Coreia do Sul. Quando as reformas distribuem terras de baixa qualidade para os pobres, sem a implementação de políticas favoráveis de crédito ou acesso a mercados, por exemplo, a reforma não efetuou mudanças. (SAUER & PEREIRA, 2006).



As reformas agrárias bem-sucedidas puderam contribuir para o desenvolvimento do Estado. De acordo com um estudo de P. H. Mo, o desigual acesso à terra é prejudicial para o crescimento econômico. Ele comparou países do Extremo Oriente com os países da América Latina, obteve que:

Países cujos processos de reforma agrária foram realizados e bem sucedidos na redução da desigualdade da propriedade da terra têm crescimento mais alto que os países com alta concentração de terras. (FILHO; FONTES & FONTES, p.3).

Com relação à pobreza, a reforma agrária bem estruturada pode melhorar o bem-estar dessas famílias, reduzindo o êxodo rural. Quando terras de qualidade são divididas para a população pobre, tem-se que elas podem cooperar com a economia local, integrando o espaço rural na dinâmica do mercado.

A reforma agrária pode contribuir para a produtividade local, dado ao fato das pequenas propriedades serem responsáveis pela maior parte dos produtos gerados em relação aos latifúndios (P. Rosset). No Brasil, a agricultura familiar responde 40% da produção nacional e ocupa apenas 10,5% das áreas cultiváveis. Além disso, gera 76,9% dos empregos nacionais na agricultura, mas recebe somente 25,3% do crédito rural.

“Em todos os casos latino-americanos em que ocorreu uma redistribuição significativa de terras em benefício dos pobres do campo, o Estado teve um papel decisivo” (Solon Barreclough). O papel governamental é de extrema importância para que a melhoria da qualidade de vida dos pobres. E isso está relacionado à capacidade dos governantes em se atentar para os problemas do campo, e partindo desse conhecimento, estudar as melhores maneiras para efetivar as mudanças necessárias. No cenário internacional, os Estados devem cooperar entre si, buscando com as semelhanças espaciais e socioculturais, o desenvolvimento de medidas capazes de garantir em toda a América Latina, respeito aos direitos fundamentais dos habitantes.

6. Perguntas a serem respondidas

A seguinte lista de perguntas foi elaborada visando o melhor andamento do comitê. As perguntas podem ser bases para reflexão dos delegados e das



delegadas ou simplesmente perguntas que seriam apreciadas de constatação em uma resolução do comitê.

- Como a agricultura extensiva afeta a segurança alimentar na América Latina e no Caribe? Quais medidas devem ser adotadas pelos Estados para erradicar a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição dos grupos em conflito?
- Quais medidas devem ser tomadas para evitar conflitos, garantir a segurança e a manutenção dos direitos humanos e trabalhistas de indígenas, quilombolas e camponeses em áreas de expansão latifundiária?
- Quais as medidas que os Estados americanos e caribenhos podem tomar para erradicar a pobreza rural e desigualdade no campo? De que maneira a FAO pode contribuir com isso?
- Como a expansão da agricultura extensiva afeta o meio ambiente? Como assegurar que o desenvolvimento da agricultura extensiva e incentivar pequenos proprietários?
- De que forma a democratização da terra pode ser garantida na América Latina? Qual o papel da FAO para a consolidação de reformas agrárias e como esse órgão pode auxiliar os Estados que estão nesse processo?
- Como assegurar o desenvolvimento agrário e econômico conjuntamente com o desenvolvimento social? De que modo a expansão das atividades agrárias podem ser garantidas com respeito ao ambiente e às sociedades locais?
- Como a diversificação da economia afeta o espaço rural? Como a influência de fazendeiros afeta essas políticas econômicas?

7. Posicionamentos

7.1. Antígua e Barbuda

Antígua e Barbuda é um país situado na América Central e é um conjunto de 37 ilhas entre o mar do Caribe e o oceano Atlântico que formam um país independente com cerca de 93 mil habitantes. Em 1493, o território foi descoberto por Cristóvão Colombo e, em 1667, os britânicos a colonizaram. Antígua fornecia mão de obra escrava para o plantio de cana-de-açúcar.



A economia é baseada no turismo, por isso as produções agrícolas são voltadas principalmente para o abastecimento interno e representam apenas 2.2% do PIB. Além disso, a escassez de água prejudica as produções e existe um déficit na mão de obra, pois os salários voltados para o turismo e para a construção são maiores. Os principais produtos de exportação são para cama, artesanato e componentes eletrônicos.

O país enfrenta uma procura de água excedente ao disponível em fontes subterrâneas e superficiais. Algumas espécies também vêm prejudicando o ecossistema, além da alta incidência do Zika vírus transmitido pelo *Aedes aegypti*.

Apesar dos alimentos serem 79% importados, os pequenos agricultores desempenham um papel crucial no sistema de alimentação sustentável e precisam de maior visibilidade, já que é uma possibilidade de expandir oportunidades geradoras de renda e contribuir diretamente para diminuição da fome e da pobreza. Da mesma forma, os produtores de gado, principalmente de pequenos ruminantes, precisam de incentivos.

7.2. Argentina

A República Argentina é o segundo maior país da América Central e tem uma população de aproximadamente 44 milhões de habitantes. O território foi descoberto pela expedição de Américo Vespúcio em 1502 e, em 1816, foi nomeado como Províncias Unidas do Rio da Prata. Depois que Bolívia, Paraguai e Uruguai seguiram outros caminhos, o território se tornou a Argentina. A colonização começou com a exploração da prata, começaram empregando a mão de obra indígena e aos poucos foram conquistados e dizimados. Entretanto, em 1776, índios e espanhóis se uniram para conter invasões inglesas e portuguesas. A partir de 1860, muitos italianos e espanhóis migraram, influenciando a cultura do território e suprimindo a demanda de mão de obra, além de trazer novas técnicas agrícolas.

Assim como muitos países latinos, a distribuição fundiária é desigual, muito concentrado na mão de poucos e cerca de 10% da população trabalha na área agrícola. O território possui muitas terras férteis nas regiões dos pampas e uma alta reserva hídrica, o que propicia que 56% dos produtos exportados pelo país sejam de origem da agropecuária, representando em 2008, 9% do PIB.



Enquanto os pampas são grandes centros econômicos dominados por grandes empresas em latifúndios, o Norte e o Oeste possuem minifúndios com objetivo de abastecer principalmente a região. Os principais produtos exportados são o trigo, o milho e a carne. Agora, novos projetos estão focados em desenvolver, com novas tecnologias e em condições agroecológicas, outros produtos como o açúcar, o tabaco e o algodão. Além disso, os avanços também aumentam a produção de leite, permitindo a Argentina ultrapassar o Brasil.

Apesar de ser um dos países mais ricos do mundo há 100 anos, a maior parte do século XX foi marcado por crises recorrentes, altas inflações e um endividamento interno crescente, juntamente com uma grave crise política. Ao longo dos anos, as dívidas foram sanadas e a estabilidade veio. O país possui uma alta taxa de alfabetização e de industrialização, principalmente em Buenos Aires.

7.3. Bahamas

Bahamas é um país formado por um conjunto de ilhas situadas no Oceano Atlântico Norte, na região do sudeste da Flórida e conta com cerca de 330 mil habitantes. O território foi descoberto por Cristóvão Colombo em 1492 e, em 1647, os britânicos começaram a se estabelecer no local, em 1783 se tornando uma colônia. A independência veio apenas em 1973.

O país prosperou com o turismo, operações bancárias internacionais e investimentos. Para sustentar seu status de um dos países caribenhos mais ricos, 60% do PIB são representados pelo ramo do turismo. Metade da mão de obra é empregada diretamente ou indiretamente na área. Além disso, as ilhas Bahamas são paraísos fiscais, ou seja, possui bancos com mais liberdade e com menos impostos, o sistema de offshore, o que contribui com a economia. Entretanto, devido a sua localização, são importantes pontos no tráfico de drogas e no contrabando de imigrantes ilegais para os Estados Unidos. As altas taxas de visitantes no território, além de imigrantes ilegais causa uma tensão na saúde, como, por exemplo, anemias em mulheres grávidas, crianças e lactantes. Ademais, isso é um fator que potencializa a criminalidade.

O setor da agricultura e da pesca contribui para 1,6% do PIB, sendo 1% a representação do segundo. Os agricultores compõem 3% da população, que se



baseiam nas áreas rurais. Os principais produtos agrícolas são aves, vegetais e pequenos ruminantes. Já a papaia e a citrus são os mais exportados, entretanto pragas exóticas abalaram todo o sistema de exportação, que era rica em produtos frescos e processados. A pesca é de captura marinha e a lagosta é o gênero mais vendido.

A economia busca propostas para aumentar a produção de frutas tropicais por pequenos agricultores, a aquicultura, a pesca em alto mar e o processamento de peixe. Além disso, o governo pensa em como expandir a economia em outras áreas e reduzir a taxa de desemprego entre os jovens. Racionalizar as despesas de capital e empregar medidas anticíclicas de política fiscal para estimular a economia são estratégias do governo. Também existe a tentativa de lidar com os impactos das alterações climáticas e com a educação.

7.4. Barbados

Barbados é uma ilha localizada no Oceano Atlântico Norte, próxima a região nordeste da Venezuela, é o país mais oriental do Caribe e tem uma população de cerca de 290 mil habitantes. Apesar de navegantes já terem passado por ela, somente os britânicos a colonizaram em 1627. Em 1966, a independência total da Inglaterra foi conquistada. Mesmo depois da abolição da escravidão em 1834, a economia continuou dependente do açúcar, do rum e do melaço pela maior parte do século XX. Somente a partir de 1960, o turismo e a indústria manufatureira se tornaram mais significativos.

O país está em desenvolvimento e sua renda é baixa, além disso, as altas dívidas limitam as ações do governo para estimular o crescimento. O sistema de saúde de policlínicas, hospitais que prestam serviços de saúde diversificados, em pontos em comunidades residenciais é sustentado pelos contribuintes, ou seja, aqueles que pagam tributos. A educação ainda limitada é financiada pela bolsa pública, também com bolsas de estudo e especializadas.

O turismo e os serviços de negócios nacionais representam 70% do rendimento, entretanto 75% de cada dólar de barbado doméstico gasto é com importações, o que é ruim para a economia. Estipula-se que o déficit na balança representa 8,7% do PIB. Apesar de um dia ter sido um grande produtor de açúcar, a



liberação do comércio impulsionou o declínio da cana-de-açúcar, em conjunto com os preços de produção e a variação climática. Nas últimas três décadas, as áreas plantadas diminuíram em 34%, assim como as colhidas. Gradativamente, o custo da produção aumentou com a substituição do trabalhador por máquinas, após 1994, o preço pago ao agricultor vem diminuindo. Compensando o declínio do açúcar, as outras áreas foram se desenvolvendo.

Apesar de não ser o maior investimento do governo, é objetivo reduzir a taxa de importações para estabilizar a economia e focar nas plantações de vegetais locais. É interesse buscar uma solução para a alta demanda de terra para alojamentos, além de incentivar a pesca local, que contribui para o desenvolvimento e melhora a qualidade de vida dos barbadenses.

7.5. Belize

Belize é um país localizado na América Central e possui uma população de mais de 300 mil habitantes. É uma antiga província maia, descoberta no século XVI pelos espanhóis e colonizada pelos ingleses dois séculos depois. O setor da agricultura tem sido o alicerce da economia e, em 2006, contava com cerca de 30% da força de trabalho e contribuiu para 15% do PIB.

De forma oposta ao que era estabelecido nos primeiros anos coloniais de Belize, o sistema plantation veio se desenvolvendo, o que estabeleceu padrões de propriedade de terras em que alguns proprietários possuíam a maioria das terras privadas em Belize. Após a era colonial, tal situação ainda se manteve, a concentração da propriedade da terra por uma pequena porcentagem da população. A prática da especulação de terras é um problema para o governo, tendo em vista que, segundo relatórios, os belizenhos gastam em média 29% de o seu orçamento alimentar nas importações, enquanto apenas 5% das terras aptas para a agricultura têm sido utilizadas para fins agrícolas.²²

Esse setor é a principal fonte de sustento de muitas famílias belizenhas, devido ao fato de grande parte da sua população viver em ambientes rurais, fortalecendo a agricultura de subsistência e a formação de cooperativas. Outra fonte de renda é a produção e exportação do açúcar e da banana, sendo aquela a

²² http://scholar.law.colorado.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1156&context=books_reports_studies



principal fonte de exportação e esta a maior empregadora. É importante notar a predominância do minifúndio e da agricultura de subsistência como fonte básica de renda de grande parte de sua população. Em contrapartida, os latifúndios da cana, da banana e dos cítricos representam significativamente toda a base da economia provinda do setor do agronegócio.

O governo de Belize traça projetos e políticas agrícolas e alimentares para que todo o setor agrícola seja mais eficiente, fazendo com que haja uma competitividade, que, ao mesmo tempo, contribua para a melhoria do bem estar socioeconômico. O Ministério da Agricultura julga importante medidas como, por exemplo, a modernização do setor agrícola para que a produção seja feita de maneira mais proveitosa. Segundo o Ministério “a agricultura, sem dúvida, tem o potencial de impulsionar um maior crescimento econômico para o país e pode contribuir para reduzir significativamente a pobreza”.²³

7.6. Bolívia

A Bolívia é um país da América do Sul, ao sudeste do Brasil, e possui aproximadamente 11 milhões de pessoas. Em 1538, o território foi conquistado por Francisco Pizarro e foi unida ao vice-reinado do Reino da Prata. A luta pela independência dos espanhóis durou até 1825 e um dos nomes importantes foi de Simon Bolívar, que acabou inspirando o nome do país. Entretanto, toda a história política é conturbada por golpes e dificuldades em relação à pobreza, parte desta gerada pela intensa exploração da prata.

Cerca de 95% das terras aráveis bolivianas eram de grandes latifundiários, dessa forma, em 1953, foi assinado o decreto da reforma agrária. Na tentativa de distribuir melhor as terras, o critério utilizado foi de que a terra é de quem trabalha e essa terra seria hereditária. O objetivo desses territórios era produzir minimamente, ou seja, uma agricultura principalmente de subsistência.

Na condição indígena, a reforma agrária foi um grande avanço, visto que deu maior visibilidade e também gerou o sufrágio, ou seja, o voto universal. Além disso, a educação teve melhor acesso nas áreas rurais, facilitando a busca por conhecimento dessa parcela da população. Apesar de serem dois terços da

²³ http://www.agriculture.gov.bz/Agriculture_Dept.html



população boliviana, divididos em mais de 35 povos, os indígenas ainda sofrem com a pobreza, já que 67% dos empregos mais precários, com remunerações baixas ou inexistentes são ocupados por eles. A taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos de lares indígenas é a maior da América do Sul e os serviços essenciais, tais como saneamento e saúde, são precários.

A economia boliviana é baseada principalmente nas indústrias de gás e do petróleo, já que o país possui altas reservas. Entretanto, a agricultura também desempenha um papel importante, representando 15% do PIB e empregando cerca de 5% da população. Estima-se que 62 municípios mantêm a segurança alimentar do país com sua produção e exportação. Além disso, a produção de produtos primários é baixa e a disponibilidade de água está diminuindo, o que prejudica a disponibilidade de alimentos.

7.7. Brasil

O Brasil é o quinto maior país do mundo, o maior da América do Sul e da América latina e possui uma população de cerca de 205 milhões de habitantes. O território foi descoberto em 1500 pela frota de Pedro Álvares Cabral e obteve sua independência em 1822. Os índios já habitavam a região e inicialmente o território foi dividido por Portugal e Espanha pelo Tratado de Tordesilhas.

A agricultura sempre esteve presente na história brasileira, nos primeiros anos após a descoberta os portugueses exploraram a mão de obra indígena para trabalhar em canaviais. Depois da morte de grande parte da população indígena brasileira por doenças e genocídios, o comércio de escravos africanos se tornou comum para o trabalho nas lavouras. Durante os anos, o desenvolvimento desse setor e suas relações influenciaram diretamente no desenvolvimento brasileiro, passando pela política do café-com-leite e chegando à atualidade com a expansão do café e da soja.

O Brasil é o país mais bem desenvolvido da América Latina, os setores de mineração, agricultura, manufatura e serviços são os principais para a economia. As atividades agrícolas representam 5% do PIB e é extremamente influente em outras áreas, como, por exemplo, a produção de cana-de-açúcar para suprir a demanda por etanol.



A Região Sul, ocupada por imigrantes europeus se destaca na produção de soja, milho, algodão e na produção de carnes. O Sudeste possui agricultura subordinada à indústria, caracterizada por ser mecanizada e de alta tecnologia, diminuindo empregos na área. No nordeste, na região da Zona da Mata, o sistema plantations foi presente desde a época colonial, voltadas para a produção de cana, açúcar e álcool, nas áreas semiáridas a agricultura familiar está presente. O centro-oeste é a região mais mecanizada que se expande, cada vez as fronteiras do norte do país são pressionadas, assim como a Amazônia; a revolução verde possibilitou o cultivo em solos de alta acidez. Já no norte, as atividades ainda são expansivas e com baixa tecnologia.

Em contraponto, as disputas pelo avanço da mineração, do agronegócio e para a construção de usinas elétricas tornam o Brasil o primeiro nas estatísticas de assassinato de ativistas ambientais no mundo, 50 das 185 mortes. Isso é um retrato do plano que tem avançado sem medir estragos causados pelo desenvolvimento "O Brasil busca fortalecer sua força de trabalho e sua economia a longo prazo, impondo requisitos de conteúdo local e transferência de tecnologia para empresas estrangeiras".

7.8. Canadá (observador)

O Canadá está localizado na América do Norte e possui uma população de cerca de 35 milhões de habitantes. Em 1867, o país se tornou autogovernante vinculado à Inglaterra. Sua história foi marcada por disputas territoriais com os EUA, que duraram por anos e deram início a um longo processo para chegar a configuração atual.

O país possui alta qualidade de vida, cada uma das províncias é responsável pela educação, isso propicia que a população tenha 99% de alfabetização. Há um grande investimento em pesquisas e ciências, cerca de 1,88% do PIB. O sistema de transporte é bem desenvolvido para a população, para exportações e transporte de matéria-prima. Além disso, baixas taxas de mortalidade e 99,8% de água potável e acesso às instalações sanitárias para a população compõem a qualidade de vida canadense.



Devido a sua disponibilidade de mão-de-obra, sua oferta de recursos naturais e a moderna fábrica atual o Canadá pôde ter um desenvolvimento sólido desde 1993 a 2007, em 2008 com a quebra da bolsa ocorreu o primeiro déficit devido à intervenção precoce do banco canadense. Entretanto, em 2010, a economia já se recompôs.

Como uma das nações mais ricas do mundo, seu desenvolvimento é marcado pelo crescimento de manufaturas, mineração e serviços, que transformaram a economia rural em urbana e industrial. O setor primário também é importante, marcado por madeireiras e petrolíferas, diferente dos outros países desenvolvidos. O setor da agricultura é movido pelas fazendas que produzem uma grande variedade de grãos, laticínios (conhecidos por sua qualidade), os produtos orgânicos em desenvolvimento e bioprodutos que representam uma forma de fortalecer o setor agrícola dando utilidade aos resíduos.

O governo canadense está focado em aumentar a segurança alimentar, visando um crescimento económico sustentável e garantir o futuro das crianças e dos jovens. Além disso, busca-se integrar a igualdade entre homens e mulheres e a sustentabilidade no desenvolvimento do país.

7.9. Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (observador)

A Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL) é uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas (ONU) e possui sua sede em Santiago, no Chile. Foi estabelecida pelo Conselho Econômico Social (ECO-SOC) em 25 de fevereiro de 1948 e começou a funcionar no mesmo ano.

Tem como principais objetivos: contribuição para o desenvolvimento econômico da América Latina e o Caribe; coordenação das ações encaminhadas para a promoção latino-americana e caribenha; reforço das relações econômicas dos países entre si e com outras nações do globo; e a promoção do desenvolvimento social dos países.

No âmbito das relações internacionais, é um órgão de especial importância acerca das relações entre os países membros e funciona também como suporte em



operações socioeconômicas. Para o maior desenvolvimento de suas ações, é realizada a análise das prioridades no âmbito estratégico, posteriormente, é realizado a análise dos recursos necessários e por fim é tida a prestação de contas.

No que tange a agricultura, a Comissão observa a tamanha dimensão e importância que o setor do agronegócio envolve e auxilia nas medias para o maior desenvolvimento, de maneira sustentável, desse setor e integração no mercado global. Também possui como um de seus objetivos a maior inclusão da agricultura familiar e de pequenos agricultores no mercado econômico, visto sua dimensão no território latino-americano²⁴.

7.10. Chile

O Chile está na América do Sul, contando com uma população de cerca de 17,6 milhões de habitantes, que estão se tornando uma população em envelhecimento e composta por muitos imigrantes de outros países da América Latina. Inicialmente sob o controle dos incas e dos araucanos, o território foi descoberto pelos espanhóis e em 1818 a independência foi alcançada.

A economia chilena é principalmente baseada no comércio exterior, os principais produtos exportados são o cobre, frutas, peixes, papel e celulose, produtos químicos e vinho. O setor de serviços representa um terço do PIB, porém, muitos problemas devem ser resolvidos em relação à desigualdade social, além da necessidade de reforçar programas para a segurança alimentar.

Muito desmatamento e desgaste ambiental ameaçam os recursos naturais, assim como a emissão de gases poluentes e poluição por esgoto bruto. Esse cenário prejudica a agricultura que se baseia em maçãs, uvas, peras, trigo, milho, feijão e cebola; além da pecuária de carnes e produção de aves.

Através da criação do Ministério da Agricultura, o governo já se mostra interessado em resolver questões alimentares. Além disso, a organização de agricultores, comunidades territoriais e organizações representativas dos territórios se mostram como medida para preservar os recursos naturais. Uma estratégia é o compromisso com o apoio à agricultura familiar e torna-las presentes nos mercados

²⁴ http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2595/1/S1100593_es.pdf



internacionais. Os programas se atentam às produtividades geográficas das regiões, aos grupos indígenas nos territórios, à representação das mulheres, o trabalho em cooperativas ou grupos organizados, à sustentabilidade no comércio e ao alto interesse em expandir na América Latina.

7.11. Colômbia

Localizada na América do Sul, a República da Colômbia possui uma população de cerca de 47 milhões de habitantes. O território foi descoberto em 1499 por espanhóis, entretanto as primeiras explorações não tiveram êxito. O país se originou da divisão da Grã-Colômbia, um país originado pela junção dos territórios da Colômbia, Venezuela, Panamá e Equador.

Sua história é marcada por uma forte influência do tráfico do comércio e tráfico de drogas. Os conflitos entre forças governamentais e as antigovernamentais financiadas pelo tráfico durou cinco décadas. As disputas se intensificaram a partir de 1990, porém, em 2016, chegaram a um acordo de paz. Por anos as drogas foram influentes na economia, segurança e na política, entretanto, as instituições democráticas permanecem fortes, mantendo certa transparência e promovendo o bem estar da população.

A paz e o avanço da economia sempre andaram juntos, contudo, apesar da ausência de conflitos, hoje a situação se encontra em uma linha tênue com a diminuição do preço do petróleo e sem possuir um setor exportador alternativo. Contudo, além de um ajuste fiscal, a agroindústria se mostra uma alternativa para ajudar na estabilização da economia, no ano de 2015 ela cresceu 2,5%, junto com o comércio do café, que aumentou 16,4%. Mas, a alta dos alimentos e de energia com uma inflação de 6,8% prejudicou o cenário.

A política atual visa estabelecer melhores relações de comércio internacionais, acordos de livre comércio com mais de uma dúzia de países, mas o mercado ainda continua limitado pela baixa diversificação das exportações, como também pela restrição de impostos de bebidas alcoólicas, produtos farmacêuticos e etanol. Os principais produtos exportados são equipamentos industriais, equipamentos de transporte, bens de consumo, produtos químicos, produtos de



papel, combustíveis e eletricidade. E seus principais parceiros são os EUA, a China, o México e a Alemanha.

7.12. Costa Rica

A República da Costa Rica é um país da América Central com cerca de 4,8 milhões de habitantes. A descoberta do território no século XVI acabou não sendo tão vantajosa para os espanhóis, devido a problemas ambientais, à resistência dos nativos e ataques piratas que impediram que a colonização fosse bem sucedida. A independência foi declarada em 1838 e a história da democracia não é marcada por grandes conflitos.

A Costa Rica é um país com uma qualidade de vida relativamente alta, boa taxa de alfabetização e estabilidade. Tais fatores tem atraído um dos níveis mais altos de investimento per capita da América Latina. Entretanto, o país ainda apresenta uma taxa de 20% a 25% de pobreza e ainda possui alta dívida pública e o déficit fiscal é um problema.

A agricultura e a exportação do café, banana, açúcar e carne bovina são a base da economia do país, além disso, nos últimos anos uma maior variedade de produtos agrícolas industrializados expande o comércio. O turismo continua atraindo estrangeiros para os litorais para admirar a grande biodiversidade.

A propriedade de terra é generalizada, ou seja, não há grandes problemas com muitos latifúndios e pouca terra na mão da população. Mesmo assim, o governo traça maneiras para promover o desenvolvimento sustentável, além de resgatar a agricultura familiar e equilibrar as áreas rurais. Espera-se que as incorporações de grandes e pequenas produtoras e as incorporações de instituições públicas e privadas podem trazer dinamismo ao país.

7.13. Cuba

A República de Cuba é um país localizado no Caribe e com a população composta por cerca de 11 milhões de habitantes. Depois de seu descobrimento por Cristóvão Colombo, o país passou a ser um ponto de exportação de tesouros vindos do México e do Peru, que tinham como destino a Espanha. Além disso, existia um



grande fluxo de escravos africanos para plantações de café e cana-de-açúcar. Após vários conflitos, obteve a independência em 1902.

Sua história política é conturbada, depois de muitos governos militares e corruptos, um governo autoritário foi instalado por Fidel Castro em 1959, através de um exército rebelde, deixando seu cargo para dar lugar ao seu irmão mais novo. O corte de investimentos da Rússia que começou como um apoio à revolução comunista levou o país a uma recessão. Contudo, a culpa foi posta nos EUA devido às migrações ilícitas para o território, já que os cubanos tentam sair do país e as imigrações crescem desde 2014. Na última década, Cuba se mostra mais aberta a resolver suas questões nacionais e está mais comunicativa.

A reforma agrária empreendida permitiu a transformação do modelo agroexportador para um de soberania alimentar, nos anos noventa. **(Ver tópico 5.4.1.)** Um dos mais significativos avanços foi permitir a propriedade privada e a venda, o que foi um passo na agricultura, pois os agricultores puderam começar a vender seus produtos, mesmo que de forma limitada. A segurança alimentar é um assunto que está em pauta, o governo cubano declarou como prioridade nacional, ações para melhorar esse aspecto, que tem trazido mais estabilidade à população e, devido à gravidade da situação financeira, tornou-se um problema de segurança geral, visto que é necessário gerar a autossuficiência do país.

7.14. **Dominica**

A Comunidade da Dominica é um país localizado no mar do Caribe, na América Central e sua população é de mais de 70 mil habitantes em uma área de aproximadamente 750 quilômetros quadrados. Aproximadamente 3000 indígenas vivem em território dominiquês, em reservas indígenas, o que representa aproximadamente 4% de sua população. É fruto de resistência de uma colonização europeu que acabou por uma derrota e colonizado pela França e Grã Bretanha e obteve sua independência em 1978.

Sua economia é dependente da agricultura, que utiliza cerca de 35% de suas terras para realizar suas atividades. Infelizmente, na década de 1980, fortes ventos e tempestades devastaram parte de sua agricultura, que é baseada fundamentalmente na produção de banana. Em 2003, o governo iniciou uma ampla reestruturação da



economia, que teve como mudanças uma maior autonomia em relação ao controle dos preços, a privatização da empresa estatal de banana e aumento de impostos visando evitar uma crise econômica. O governo visando uma melhoria na economia criou medidas para o desenvolvimento do turismo, principalmente o ecoturismo na região.

O ministério da agricultura traça como objetivos a promoção do crescimento sustentável do setor; o melhoramento do ambiente propício ao investimento na agricultura; o incentivo ao uso sustentável dos recursos naturais; e a melhoria na segurança alimentar. O ministério também traça medidas para aumentar a produtividade e a produção agrícola nacional, isso faz com que haja um melhoramento dos meios de subsistência rurais para aumentar os rendimentos agrícolas e emprego rural.²⁵

7.15. Equador

Inicialmente disputado pelos Incas, o território que hoje é a República do Equador foi descoberto pelos espanhóis por volta de 1530 e teve um intenso processo para chegar à independência. O país é um dos que emergiram da Grã-Colômbia, um país atualmente extinto que se separaram devidos divergências de ideias e formas de governo. O território está na América do Sul e possui cerca de 16 milhões de habitantes.

Desde o início de 2016, a economia tem se abalado cada vez mais com a baixa do preço do petróleo, que representa 25% das receitas do setor público. As exportações, que representavam investimentos públicos e populares, caíram cerca de 50%, além de problemas gerados com a alta do dólar. A taxa de imigração tem reduzido devido à queda de empregos e os níveis de investimento estrangeiro continuam os menores da região.

O aumento significativo da pobreza e da desigualdade social tem afetado de forma mais significativa as populações indígenas, mestiças e rurais. Dessa forma, o governo tenta aumentar os gastos da área, todavia, questiona-se a eficiência da execução do plano nacional de desenvolvimento, além do crescimento contínuo da população. No entanto, já é obrigatório que os filhos dos participantes do programa

²⁵ <http://agriculture.gov.dm/>



de transferência condicional de dinheiro frequentem a escola e façam check-ups médicos.

A agricultura empresarial é monocultura e ocupa 80% das terras e 63% dos recursos hídricos usados para esse fim. Em contraste, 84,5% da agricultura são familiares, mas a água disponível é somente 37% restantes, assim como as terras representam 20% não utilizados por empresas. É válido refletir no fato de que 60% dos produtos consumidos pela população vêm da agricultura familiar e a distribuição de recursos é claramente desigual. Além disso, desastres ambientais como tsunamis, desmoronamentos de terra e vulcões ativos interferem nas atividades locais.

7.16. El Salvador

A República de El Salvador é um país localizado na América Central com uma população de aproximadamente 6,15 milhões de pessoas. É uma antiga colônia espanhola que obteve a independência desta em 1821 e a independência da Federação Centro-Americana em 1839. Durante os anos de 1980-1992 a nação passou por uma intensa guerra civil que levou a vida de mais 75 mil pessoas. Mesmo sendo um dos menores países da América Central, é uma das maiores economias da região. Após a guerra civil, houve um período de estabilidade econômica que posteriormente foi possível progredir através dos Acordos de Chapultepec.

É um país em desenvolvimento que possui grandes contrastes entre as populações mais ricas e pobres. Sua economia é dividida em duas partes, onde uma parte (menor) se dirige ao abastecimento interno e a outra (maior) se destina à exportação. Mesmo que o processo de industrialização esteja se consolidando, a agricultura tem uma grande importância; suas principais indústrias estão ligadas a esse setor. Os principais produtos agrícolas de El Salvador são o café, algodão, cana de açúcar, milho e a pecuária. Aproximadamente 74,7% do uso das terras em território salvadorenho são destinadas para a agricultura. Existe uma grande crítica quanto à produção agrária devido à concentração de terras destinadas aos latifundiários. Desde a reforma de 1980, existe um histórico de lutas dos



trabalhadores do campo em busca de uma nova redistribuição das terras para que possa se tornar mais justo o acesso a elas.

O Ministério da Agricultura de El Salvador tem como missão a facilitação e a aceleração do processo de desenvolvimento sustentável do setor em suas diversas áreas através de serviços eficazes, a fim de contribuir para o bem-estar da população salvadorenha, especialmente a família rural. Ele também tem como objetivos a contribuição para a redução da pobreza extrema e garantia da segurança alimentar; contribuição para a geração de empregos e renda através da transformação da agricultura e das zonas rurais em um espaço atraente para o investimento privado; promoção de uma agricultura mais diversificada, sustentável, valorizada, rentável e competitiva; maior integração econômica entre as áreas rurais e urbanas; redução da degradação e vulnerabilidade da base natural que as atividades agrícolas se baseiam; fortalecimento da capacidade institucional para responder de forma eficaz e eficiente as necessidades; e a prevenção de fenômenos naturais em áreas mais vulneráveis.²⁶

7.17. Estados Unidos da América (observador)

Os Estados Unidos da América, localizado na América do Norte, é o país mais influente do mundo desde o fim da segunda guerra mundial e da guerra fria. Em 1777, após a guerra revolucionária, a independência foi declarada. Com a entrada na Primeira Guerra, a cada ano o país se desenvolveu tecnologicamente. As duas recessões, de 1930 e 2008, foram superadas de forma eficiente. Atualmente, a população é de cerca de 324 milhões.

O PIB é de US \$54.800 e a economia conta com o avanço da tecnologia principalmente para igualar as habilidades e a educação para a classe mais baixa em relação aos que estão no topo. A estrutura é que os particulares e as empresas comerciais tomam grande parte das decisões econômicas e o estado compra bens e serviços prioritariamente. Esse cenário prevê alguns problemas a longo prazo, como por exemplo a estagnação dos salários das famílias de baixa renda, a deterioração da infraestrutura, o aumento do preço dos serviços médicos, o envelhecimento da população, a escassez de energia e déficits no orçamento.

²⁶ <http://www.mag.gob.sv/>



Nos Estados Unidos, o percentual de proprietários rurais (1,2%) domina apenas 11% da superfície ocupada pela agricultura. Tem a agricultura mais modernizada e apresenta produção e produtividade elevadas, além de ser uma grande exportadora de alimentos. Em relação à alimentação, os EUA não possuem grandes problemas, sendo um dos principais países contribuintes para a FAO em questões financeiras, colaborando com assistência de emergência, segurança alimentar, produção agrícola sustentável e gestão de recursos naturais.

7.18. Granada

Granada é um conjunto de ilhas no Caribe e possui 111 mil habitantes, sendo 11% deles ocupados na agricultura, em 2008. Foi colonizado no século XVII pelos franceses, que instauraram a produção de açúcar que só foi amplamente expandida para grande exportação no século seguinte quando britânicos tomaram a ilha. Teve mudanças de foco da agricultura nos anos seguintes para o cacau e depois noz-moscada. No âmbito político o país conquistou sua independência em 1974 e passa por eleições democráticas até hoje.

O cultivo granadino é feito historicamente por pequenos produtores que detêm poucos acres de terra. Com a grande produtividade e exportação na década de 1950, os produtores experimentaram uma prosperidade que teve fim na década de 1990, quando o mercado externo da banana passou por problemas e o país sofreu com desastres naturais.

Granada é o segundo maior produtor de noz-moscada do mundo, tem especialidade no cultivo de especiarias e, além disso, também produz expressivamente banana e cacau. A área agrícola do país foi devastada por furacões nos anos de 2004 e 2005, e para reestruturar o setor, o governo fez uma dívida externa de 110% do PIB do país, o que dificulta o investimento atual em desenvolvimento e projetos sociais. Apesar disso, o setor agrícola está reestabelecendo sua estabilidade e importância e tem crescido sua taxa no PIB, que foi 5,4% em 2009 e aumentou para 9,6% em 2016.

7.19. Guatemala



A República da Guatemala é um país localizado na América Central, contando com uma população de mais de 15 milhões de pessoas, sendo 40% indígenas. Foi uma antiga civilização maia que obteve sua independência no ano de 1821. Durante a segunda metade do século XX, passou uma guerrilha de aproximadamente 36 anos, que teve fim em 1996, quando o governo assinou um acordo de paz que terminava formalmente o conflito interno, que deixou mais de 200.000 pessoas mortas e criou, segundo algumas estimativas, cerca de um milhão de refugiados.

A economia guatemalteca baseia-se principalmente na agricultura, representando aproximadamente 13,6% do PIB e 31% da mão de obra. Seus principais produtos são o açúcar, café, banana e legumes. O período de guerra foi um fator que atrapalhou o investimento externo no país, porém, os acordos de paz eliminaram este obstáculo. Estimulou-se o aumento dos investimentos e a diversificação das exportações com os maiores aumentos do etanol e das exportações agrícolas não tradicionais.

A distribuição da renda é um dos problemas enfrentados pela Guatemala, onde os 20% mais ricos respondem por mais de 51% do consumo geral. Mais da metade da população está abaixo da linha da pobreza nacional e 23% vivem em extrema pobreza. Entre os indígenas, a pobreza atinge em média 79%, com 39,8% da população vivendo em extrema pobreza. Quase metade das crianças guatemaltecas sofre de desnutrição crônica.

O ministro da agricultura reconheceu que 1% dos proprietários dominam quase 75% das melhores terras, já os pequenos proprietários, aproximadamente 96%, possuem 20% das terras. Dados de 2003 revelam também que havia quase 500 mil famílias sem terra. A violência no campo é alta e, de 1996 até 2012, 11.284 famílias foram desalojadas de terras que tentavam recuperar. O Ministério da Agricultura tem como objetivo gerar e difundir informações geográficas acerca da segurança alimentar; implantação de uma política de segurança alimentar e nutricional; fortalecimento do sistema financeiro agrícola; administração de normas para o uso do campo; desenvolvimento de capacidades que fortaleçam a



institucionalidade do campo; e a promoção de organizações comunitárias que visam fomentar a produção.²⁷

7.20. Guiana

Localizada no norte da América do Sul a Guiana possui 735 mil habitantes aproximadamente. Foi a única colônia inglesa na América do Sul, conquistou sua independência em 1966 e faz parte da Comunidade Britânica. Desde a colonização, apresenta uma produtividade expressiva de cana-de-açúcar, que foi acrescentada com a mandioca, frutas e arroz, tornando a agricultura o principal setor da economia, representando 20,6% do PIB.

Desde 2008, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) vem realizando projetos para a modernização e desenvolvimento sustentável para pequenos produtores. Além disso, a Guiana oferece um programa televisivo semanal que apresenta conteúdo de recomendações técnicas para otimização do cultivo.

Devido à grande diversidade étnica do país, conflitos entre os grupos é um frequente problema para o Estado e a população. Conflitos acontecem principalmente na fronteira com o Brasil e Suriname em meio à Floresta Amazônica onde não são bem delimitadas as divisões do território.

7.21. Haiti

O Haiti está localizado na América Central com 10,35 milhões de habitantes. Foi descoberta no final do século XV, conseguiu sua independência em 1804, porém segue com conflitos no governo até hoje. A agricultura é a principal atividade da economia que é pouco desenvolvida no país.

A maior parte da população haitiana habita a área rural, e pequenos produtores formam o setor agrícola do país. A agricultura do país é precarizada, com baixo nível tecnológico e pouco preparo aos produtores. Na época da colonização espanhola, a colônia do Haiti era a mais prospera com uma excelente produção de açúcar, mas com a independência, os inúmeros conflitos do governo até os dias

²⁷ <http://web.maga.gob.gt/>



atuais, desastres naturais e a pobreza do país, a área da melhora na agricultura tem sido deixada em segundo plano para o Estado.

Alarmados com a colocação do Haiti como país mais pobre do ocidente, a comunidade internacional apresenta grandes esforços tanto para pacificar o território como para ajudar a agricultura a se desenvolver e dar certa estabilidade e perspectiva de melhora para os moradores. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tem tomado medidas para reerguer a agricultura haitiana, principalmente depois do terremoto que ocorreu no país em 2010, tendo doado ao país, desde a tragédia até 2012, 534 milhões de dólares para serem investidos na agricultura. “O Brasil, como país responsável pela pacificação do Haiti, também teve sua colaboração a esse setor da economia em 2008 chamado popularmente de subsídio inteligente” com o seguinte projeto:

O programa de cooperação técnica para produção de alimentos básicos custaria US\$ 8,5 milhões, segundo o Grupo Campo. Com esses recursos, seriam levados tecnologia e conhecimento brasileiros para ampliar a produção de arroz, feijão, milho e hortaliças. O piloto, previsto para dois anos, abrange a cooperação nas áreas de assistência técnica e extensão rural, a doação de máquinas e implementos agrícolas, equipamentos e insumos básicos. Também está prevista a capacitação de produtores rurais em técnicas de plantio, uso de defensivos e fertilizantes, além da introdução e a difusão de variedades de sementes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

7.22. Honduras

Honduras se localiza na América Central com aproximadamente 8,8 milhões de habitantes e possui os piores índices de desenvolvimento econômico da América Latina. Foi colonizada em 1502 pelos espanhóis, se unificou ao México e em 1838 obteve sua independência. A agricultura é a principal atividade econômica e meio de sustento no país, com cerca de 50% da população atuando nessa área de mercado.

Honduras tem um problema de extrema desigualdade social que pode ser dividida geograficamente. O sul, oeste e leste são dominados por áreas rurais onde habitam em maior parte indígenas e camponeses, as classes mais atingidas pela pobreza. Enquanto no norte e centro do território estão presentes indústrias e maior infraestrutura para a vida.



Em 1994 havia sido iniciada uma nova ideia neoliberal de reforma agrária chamada de “reforma agrária de mercado” que funcionava por meio de financiamento, em que os camponeses pagavam pelas terras posteriormente ao benefício. A iniciativa que parecia promissora e perigosa não funcionou em Honduras. O país segue abrigando um latente problema de concentração fundiária na qual 70% das áreas cultiváveis estão sob o domínio de apenas 3% dos proprietários e 7 a cada 10 camponeses não possuem suas próprias terras.

Há um projeto da FAO em vigor em Honduras em que a organização fortalece a capacidade do Estado de gerir políticas públicas para o desenvolvimento e promoção da segurança alimentar. O projeto em questão visa o fortalecimento da agricultura família para aumentar a produtividade e diversidade para que haja uma sustentabilidade alimentícia em nível municipal, o que aumenta a segurança alimentar de pequenos produtores.

7.23. Human Right Watch (observador)

A Human Right Watch (HRW) é uma organização não governamental fundada no ano de 1978 com a Helsinki Watch, criada para apoiar grupos de cidadãos que se organizavam em todo o bloco soviético para monitorar o cumprimento dos Acordos de Helsinque de 1975. Posteriormente, na década de 1980, foram criadas outras organizações regionais “Watch” e foram adicionadas aos então conhecidos como “The Watch Committes”. Em 1988, a organização adotou formalmente o abrangente nome de Human Rights Watch.

A atuação da HRW é dada principalmente através da informação, revelando e mostrando as diversas violações dos direitos humanos no contexto internacional. Ela também é de suma importância na elaboração de relatórios e na criação de medidas que visam o melhoramento das condições de vida e na promoção dos direitos, realizando papel de suporte em algumas negociações internacionais e conflitos.²⁸

A crescente violação dos direitos humanos em conflitos, principalmente nos campos, é um dos pontos criticados pela ONG. Embates entre fazendeiros e populações indígenas e/ou quilombolas e/ou camponeses são crescentes em todo o território latino-americano. A falta de demarcação de territórios indígenas é um

²⁸ <https://www.hrw.org/es/about>



empecilho que acaba colocando em pauta de quem seria o dono do território, já que uma vez havia poucas pessoas nele e é um espaço que poderia ser utilizado pela agropecuária.

A HRW também busca promover o direito básico da alimentação, garantindo a segurança alimentar das populações. Com isso, criticam-se também as diversas consequências geradas pelo agronegócio em torno da questão ambiental, como o acesso à água potável, desmatamento e queimadas. Outro ponto a ser observado são as condições laborais dentro dos diversos setores dessa economia, muitas vezes os trabalhadores são colocados em condições degradantes e insalubres, colocando em risco sua vida. Nota-se também a presença de trabalho infantil e trabalho forçado (análogo ao sistema de escravidão).

7.24. Internacional Work Group for Indigenous Affairs (observador)

O Internacional Work Group for Indigenous Affairs (Grupo Internacional de Trabalho sobre Assuntos Indígenas), o IWGIA, é uma Organização Não Governamental com sede em Copenhague, Dinamarca. Foi fundada no ano de 1968 por um grupo de antropólogos e ativistas em reação ao genocídio da população indígena no Amazonas.

Dentro da Organização, existem processos que tangem às diversas organizações internacionais e regionais, como a Organização dos Estados Americanos²⁹ e a Organização Internacional do Trabalho. O IWGIA trabalha em colaboração com os povos indígenas de todo o mundo na luta por direitos e livre determinação, acesso ao território, controle dos recursos, integridade cultural e desenvolvimento dos povos indígenas.

As atribuições da IWGIA são: documentar e divulgar informações sobre a atual situação dos povos indígenas; a garantia da incorporação da situação dos povos indígenas nas agendas regionais e internacionais de forma estratégica; apoiar os povos indígenas e suas organizações em desenvolvimento e por em marcha as atividades destinadas a capacita-los para exercer uma incidência política efetiva a res-

²⁹ <http://www.iwgia.org/derechos-humanos/procesos-internacionales/la-organizacion-de-estados-americanos-oea>



peita da sua causa; e influenciar as principais organizações doadoras e institutos nacionais e internacionais.

No que tange a agricultura, o crescimento de latifúndios viola, muitas vezes, as demarcações de terras indígenas, gerando diversos conflitos por terra. Em conflitos com fazendeiros, é notável o grande número de assassinatos de índios e a impunidade recorrente. Na América Latina³⁰, existem diversos observatórios da organização em busca da defesa dessa população.

7.25. Jamaica

A Jamaica está situada em uma ilha na América Central com 2,9 milhões de habitantes, foi colonizada primeiramente pelos espanhóis em 1494 e depois a Inglaterra tomou posse da ilha em 1670. Conseguiu sua independência e, no mesmo ano, alinhou-se a comunidade britânica. Desde quando era colônia, a Jamaica tem a agricultura como um forte setor para a economia do país.

Foi uma colônia de exploração que tinha seu foco de produção na cana-de-açúcar devido ao solo local favorável a esse cultivo. Os índios nativos foram dizimados pelos europeus, então a agricultura era feita por escravos africanos levados até a ilha pelos colonizadores. Tal fato demonstra que o estado atual de grande concentração de terras em latifúndios na Jamaica se dá por uma questão histórica. Quando o país começou a exportar açúcar o sistema de divisão já era reduzido a um número mínimo de proprietários, questão que se agravou com o tempo, e mantém até hoje grandes latifúndios que dominam a economia e geram a falência de pequenos produtores.

Houve dois principais projetos de reforma agrária no país que aconteceram com a lei *Land And Development Utilization Act* (Lei de Desenvolvimento e Utilização de Terras) de 1966, na qual o governo incentivava o uso produtivo, venda ou arrendamento de cerca de 40 mil hectares; e com o projeto *Land And Lease* (Projeto de Terra e Arrendamento) em 1973, que levava uma abordagem de desenvolvimento rural mais integrada, levando aos pequenos produtores conselhos técnicos e insumos como fertilizantes e acesso ao crédito. Apesar desse passo rumo

³⁰ <http://www.iwgia.org/regiones/latin-america>



à democratização do território, em 1980, após grande insatisfação econômica nacional frente às medidas tomadas anteriormente, o governo focou em privatizações para o avanço econômico da agricultura. Desde então, os latifúndios se reforçam cada vez mais em questão de domínio territorial e de tecnologias, deixando camponeses excluídos do mercado agrícola e vendo sua única saída no êxodo para centros urbanos, o que causa problemas de desemprego e agravação da desigualdade social.

Visando diminuir a importação de alimentos e, consequentemente, garantir a segurança alimentar, a Jamaica e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) estabeleceram um programa de colaboração para a agricultura e pecuária do país. O projeto consiste na orientação técnica para gerar uma reestruturação agrícola jamaicana, focado em treinar o ministério jamaicano e uma posterior implementação de políticas agrícolas locais.

7.26. México

Os Estados Unidos Mexicanos estão localizados na América Latina, com aproximadamente 123 milhões de habitantes. Foi colonizado pela Espanha no início do século XVI e conquistou sua independência no início do século XIX. Uma das principais preocupações econômicas e sociais em andamento tem sido a baixa oportunidade de avanço para a grande parte indígena da população em estados meridionais empobrecida.

Um grande marco da história do país relacionado ao assunto de distribuição de terras foi a revolução mexicana que teve seu início em 1910 com Emiliano Zapata, Pancho Villa e outros líderes que reivindicavam, entre diversos direitos usurpados de indígenas e camponeses, as terras que os foram expropriadas no século XVIII. O México passou por intensos conflitos pela conquista da reforma agrária, em constante e ferrenha exigência de ações por parte dos governantes que durou 24 anos. Em 1934, quando Lázaro Cárdenas assume a presidência, que a demanda pela distribuição das terras é efetivamente atendida representando uma ação zelosa pela estabilidade do país e apaziguamento dos grupos populares. Entretanto, a problemática presente nessa história é de que pouco a reforma agrária ajudou na construção de uma sociedade igualitária nos dias atuais, fazendo com que



essa medida tomada por Cárdenas fosse meramente para calar a rebeldia das classes populares.

A agricultura é uma das bases da economia mexicana, sendo representada por uma mistura de indústrias e sistemas agrícolas modernos e antigos. Apesar de que os dois polos estão se tornando cada dia mais parte do setor privado, as realidades são discrepantes. O território tem uma desvantagem natural devido ao fato de que de 200 milhões de hectares, 60 milhões não são áreas de cultivo e 117 milhões são florestas, restando apenas 20 milhões de hectares para lavouras e cultivo de subsistência. Da área cultivável, a maior parte é de pequenos proprietários que utilizam técnicas primitivas e precárias como de queimada, enquanto um pequeno número de proprietários médios dispõe de alta modernidade e assim dominam o mercado, muitas vezes contratando pequenos produtores, os quais não tem sua sobrevivência garantida apenas pelo cultivo em sua própria terra.

O México se encontra há muitas décadas em uma situação delicada de intensos conflitos com o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), grupo político-militar composto majoritariamente por indígenas que se encontram no estado de Chiapas e que atuam por meio de guerrilhas armadas contra o Estado. Levam o lema de “subverter a ordem para fazer a revolução socialista e criar uma sociedade mais justa” e com tal propósito vivem em confronto com o governo e tem em seu histórico diversas tentativas de acordos de paz com o Estado que falharam e foram abdicados. Entre as demandas, a principal é pelo direito às terras.

Existe hoje um projeto de prioridade B para a FAO do México sobre implementação de políticas públicas para maior desenvolvimento dos campos. O objetivo dele engloba agricultura, pecuária, pesca e aquicultura e visa à modernização para que o campo se torne um cenário mais sustentável e produtivo.

7.27. Nicarágua

Nicarágua está localizada na América Central continental, com 5,9 milhões de habitantes. Foi uma colônia espanhola desde o começo do século XVI até 1821, quando conquistou sua independência. O país é o mais pobre da América Central com a economia baseada em agricultura, pecuária e pesca. O país importa principalmente banana, arroz, cana-de-açúcar e trigo, mantendo o país juntamente



com a produção de couro, carne e laticínios, já que é o maior pecuarista da América Central.

A Nicarágua passou por fortes conflitos políticos desde sua independência até 2007. O país sempre foi dividido por dois grupos de diferentes interesses econômicos, liberais e conservadores, que instauraram inúmeras guerrilhas e ditaduras. O país sofria alta influência imperialista que se introduziam no cenário político por meio dos conservadores, até que o camponês Augusto César Sandino criou um grupo de sindicalistas e introduziu a forte ideia da redistribuição de terras e conquistou espaço no país. Apesar de Sandino ter sido assassinado em um golpe de estado, seus ideais inspiraram a criação da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) que buscavam implementar políticas de caráter socialista ao país. Desde a criação do FSLN, seguiram os conflitos ideológicos, até que foi conquistada certa estabilidade em 2007 com o retorno de Daniel Ortega, do grupo dos liberais sandinistas que exerceu um governo radical em 1978 pregando total controle de terras e meios de produção pelo governo. Dessa vez com projetos moderados, Ortega tem o apoio dos Estados Unidos e enfrenta o atraso tecnológico, desemprego e a inflação.

O Estado tem um mal histórico quanto a demarcação de terras indígenas, como negligenciou a demanda por terras da comunidade Mayagna. Em contraposição, aproximadamente metade do território cultivável foi redistribuído aos camponeses no primeiro mandato de Ortega, e atualmente 80% dos produtos agrícolas do país provêm de pequenos produtores e quase sempre suprem as necessidades internas. No quesito da segurança alimentar, a Nicarágua foi um dos 11 países da América Latina a alcançar importantes metas da redução da fome da Cúpula Mundial da Alimentação (CMA) e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

7.28. Panamá

O Panamá está localizado na América Central com 3,7 milhões de habitantes. Era uma colônia espanhola e desde sua independência possui uma próxima relação com os Estados Unidos, com o qual tem um histórico de cooperação mútua. Apresenta-se grande diversidade étnica, sendo que algumas dessas etnias ficam em



detrimento socioeconômico quanto às outras, como a população indígena, que estão em sua maioria em estado de pobreza ou pobreza extrema. A população rural não indígena vem ascendendo economicamente, migrando para as regiões urbanas devido ao baixo rendimento rural.

Com dados de 2001, o Panamá estava classificado em 0,750 no Índice de Gini da propriedade da terra dos países da América. Tal índice mede a desigualdade da distribuição de terras, no qual o mínimo é 0 (máximo de igualdade de distribuição) e o máximo é 1 (máximo de desigualdade de distribuição). Visto índices como esse, o país que tentou reverter a situação com uma reforma agrária no século passado, mas não obteve êxito.

A agricultura é um setor de pequeno destaque na economia do país. O Ministério de Desenvolvimento Agropecuário panamense tem a Lei 25 sobre o desenvolvimento agropecuário do país, que é uma ferramenta de apoio administrativo e financeiro para aumentar a produtividade, competitividade e desenvolvimento integral do setor no mercado.

Uma questão problemática é a não demarcação ou o desrespeito às terras indígenas. Como o ocorrido com o povo Naso no nordeste do Panamá, onde eles ocupavam menos de 200 hectares. A empresa Granadera Bocas os expulsou das terras alegando que o Estado lhes havia concedido à posse. Com isso, o grupo migrou para centros urbanos onde vivem em acampamentos em praças aguardando alguma atitude governamental.

7.29. Paraguai

A República do Paraguai é um país localizado na América do Sul. Tem mais de 7 milhões de habitantes (2011), e a população rural representa 39% deste. Sendo um dos líderes no mercado da soja, de 20% a 30% do PIB do país vêm da agricultura.

De acordo com o Censo Agropecuário de 1991, 1% da população era detentora de 70% dos terrenos rurais aptos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias. No Índice de Gini de distribuição da terra desenvolvido pela FAO, o Paraguai teve avaliação de 0,93 em 2008, o maior nível de concentração fundiária do mundo. A problemática da concentração da terra torna-se ainda mais



complexa devida à grande parte das fazendas terem sido vendidas por funcionários públicos corruptos a valores muito inferiores ao Brasil, resultado da falta de ação e controle estatal sobre os usos da propriedade rural. Tamanha concentração fundiária gera grande pobreza, que faz com que um a cada quatro cidadãos passem fome no país, o quarto maior exportador mundial de soja e o sexto de carne.

Segundo um estudo feito por Gustavo César e Tomaz Neto para o Estadão em 2014, nas últimas décadas, milhões de camponeses foram expulsos de suas terras. Alguns se mudaram para as cidades paraguaias, ampliando os subúrbios e cerca de 1,2 milhão emigraram. Contudo, outros camponeses decidiram resistir e se juntaram aos movimentos sociais de trabalhadores sem-terra, conhecidos como *carperos*, que promovem a ocupação de terras e a luta pela reforma agrária. Alguns poucos optaram pela via armada e se associaram a grupos guerrilheiros como o *Ejército del Pueblo Paraguayo* (EPP) e a *Asociación Campesina Armada* (ACA), aumentando a espiral de violência no campo.

Em 1963, o governo estabeleceu o Estatuto Agrário, mas na época de elaboração, a lei foi feita para fomentar o latifúndio, em especial, buscava a atração de capitais estrangeiros. Atualmente, o Ministério da Agricultura do Estado vem desenvolvendo medidas de assistência para incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar.

7.30. Peru

A República do Peru está localizado na América do Sul e dispõe de 30,7 milhões de habitantes, em sua maioria ameríndios. Pouco espaço de seu território é favorável à agricultura, sendo as terras cultiváveis localizadas nas planícies próximas ao litoral e as áreas internas do país são dedicadas ao pequeno cultivo para subsistência local.

Velasco Alvarado instaurou um projeto de reforma agrária no Peru em 1969 visando o benefício para camponeses e indígenas e contra o domínio europeu sobre as terras. O anúncio foi feito com grande simbolismo no dia do índio e o presidente declamou “Camponês: o Patrão não comerá mais da tua Pobreza”. O objetivo era fortalecer o mercado interno e reforçar a agricultura de subsistência e, conseqüentemente, garantir a segurança alimentar. As terras foram devidamente



divididas para dezenas de milhares de famílias concluindo a primeira etapa. Já o ponto principal para o mantimento da igualdade de terras e produção seria a implementação de políticas que estimulassem e dessem suporte aos pequenos produtores não foi executado, o que faz com que a reforma agrária peruana seja vista como um fracasso.

Atualmente, o interior do país é tomado pela agricultura de subsistência de pequenos produtores, e as áreas mais férteis, os oásis costeiros, são dedicados a grande produção para exportação. Ao todo, 25,8% da população peruana tem sua ocupação voltada para agricultura, número que vem caindo nos últimos anos. O Peru participa do projeto “América Latina e Caribe sem Fome” que visa à erradicação da fome até 2025, e até agora foi um dos 11 países da América Latina a alcançar importantes metas da redução da fome da Cúpula Mundial da Alimentação e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Em 2009, houve confrontos sangrentos entre indígenas e a polícia peruana, deixando mais de 30 indígenas mortos e 50 feridos, enquanto 9 policiais foram mortos. Os índios reivindicavam a revogação de leis que ameaçavam seus territórios em prol da privatização e exploração de recursos naturais, como, por exemplo, o petróleo. Os povos nativos se manifestavam principalmente em estradas e foram reprimidos com tiros pelas autoridades.

7.31. República Dominicana

A República Dominicana está localizada no Caribe e possui 10,6 milhões de habitantes. Seu governo foi tumultuado por golpes militares no último século, mas tem conquistado certa estabilidade política nas ultimas 3 décadas. O país já teve a agricultura como forte setor da economia, exportando cacau, café e cana-de-açúcar, mas foi superado recentemente pela mineração e turismo. Sofrem de enorme desigualdade social e alto índice de desemprego, visto que 10% da população detêm 40% do PIB.

Em 1962, começou a idealização da reforma agrária dominicana, quando houve distribuição de terras, moradias e serviços básicos chamados de “Vilas da Liberdade” para diversas famílias, porém, não obteve sucesso após a expulsão no mesmo ano. Teve seu ápice com o governo de Joaquín Balaguer, principalmente em



seu segundo mandato quando estabeleceu um conjunto de leis que dinamizavam a reforma agrária, sendo as principais: a lei 282 que declarava utilidade pública e interesse social que todas as terras baldias fossem entregues ao *Instituto Agrario Dominicano* (IAD); a lei 314 que define o latifúndio; e a lei 332 que regula a venda de terras estatais.

Desde a década de 1980 houve uma expressiva diminuição na distribuição de terras, e o AID luta até hoje não só para distribuição igualitária de terras, mas também desenvolvimento tecnológico e incentivo para o mantimento da terra. A agricultura dominicana dispõe de um diferencial da maioria dos outros países caribenhos, um seguro contra flutuações do mercado externo e desastres naturais. Apesar disso, os camponeses ainda sofrem fortemente com tragédias naturais, fator que desequilibra a subsistência local, visto que esses representam 72% dos agricultores do país, que detêm 28% das terras atualmente. O Ministério da Agricultura possui projetos que visam a otimização do trabalho no campo e aumento da segurança alimentar.

7.32. Santa Lúcia

Santa Lúcia é um país localizado no Caribe e possui uma população de aproximadamente 164 mil pessoas em seus 616 quilômetros quadrados. Anos após a abolição da escravidão em suas plantações em 1834, permaneceu uma ilha agrícola, dedicada à produção de culturas tropicais e conquistou sua independência no ano de 1979.

Sua economia é baseada principalmente no turismo, que é a principal fonte de empregos e é responsável por 65% do PIB. Apesar da grande representação do turismo na economia, a agricultura também desenvolve um papel de grande relevância. Beneficia-se de uma infraestrutura legal e comercial bem desenvolvida e também de uma tradição empresarial no sector privado. No entanto, as políticas de mercado aberto não estão firmemente institucionalizadas, ainda enfrentam barreiras tarifárias e não tarifárias e um carente número de benefícios.

Culturas como bananas, mangas e abacates continuam a ser cultivadas para exportação, contudo, a indústria de banana, uma vez que era sólida, vem sendo assolada pela forte concorrência. Diante de tal futuro incerto, o governo santa-



lecense vem incentivando os agricultores a diversificarem sua produção em outros cultivos, como cacau, manga e abacate.

7.33. São Cristóvão e Neves

São Cristóvão e Neves é um país situado no Caribe, que possui uma população de aproximadamente 52 mil pessoas distribuídos em seus 261 quilômetros quadrados. A nação é separada em duas ilhas, a de São Cristóvão e a de Neves, ambas é uma antiga colônia europeia, que obtiveram sua independência no ano de 1983.

Durante o período de colonização, introduziu-se o cultivo da cana de açúcar. Até o ano de 1970, a economia era baseada basicamente na monocultura do açúcar, logo após isso, o governo tomou medidas para que pudesse haver uma maior industrialização na região. Atualmente, a economia são-cristovense tem como base a agricultura, o turismo e indústrias leves.

Com uma necessidade de expandir mais sua economia, o governo vem tomando medidas para haver uma maior diversificação das culturas. O Departamento da agricultura vem tomando medidas, juntamente à FAO, para uma melhoria na qualidade dos produtos. O Ministério da Agricultura também vem traçando medidas de cooperação internacional, como, por exemplo, com China e Taiwan para a promoção do agroturismo, maior fertilidade e segurança alimentar. O governo visa também uma produção mais sustentável, devido a importância do meio natural tanto para a vida das pessoas, quanto para o turismo.³¹

7.34. São Vicente e Granadinas

A nação de São Vicente e Granadinas está localizada no Caribe e conta com aproximadamente 102 mil pessoas em seus 189 quilômetros quadrados de extensão, grande parte de sua população residindo em áreas rurais. Durante o período da colonização europeia o território foi se resistindo até ceder ao domínio do Reino Unido em 1783 e obteve sua independência no ano de 1979.

O padrão de distribuição atual de terras no país teve sua origem ainda na época da escravidão, fazendo com que poucas famílias detenham a maior parte das

³¹ <https://www.gov.kn/>



terras. No Caribe há um modo de detenção de terras adotado também em São Vicente e Granadinas que é chamado de “terra familiar” que é um território utilizado em conjunto pelos herdeiros de uma mesma família.

A economia são-vicentina é baseada na produção agrícola e no mercado turístico, este último é um dos destinos muito procurados das ilhas caribenhas. A principal cultura produzida é a da banana, que representa 60% dos empregos e 50% das exportações. Uma preocupação é a crescente taxa de desemprego existente, que chega a perto de 19% de sua população.

A alta dívida pública, muitas vezes, é uma barreira para o investimento em questões sociais e na melhoria de diversos setores. Outro problema que impede melhores investimentos são algumas catástrofes, como tempestades, inundações e deslizamentos de terra. Uma das medidas tomadas para haver uma melhoria na economia é trabalhar numa maior diversificação da produção agrícola, tendo em vista que a produção de banana é muito praticada em diversas outros países.

7.35. Suriname

O Suriname está localizado na América no Sul com 585 mil habitantes, dos quais 11,2% atuam na agricultura (dados de 2016). Foi colonizado pela Espanha, Inglaterra e Holanda e desde colônia, produzia grande quantidade de açúcar e, posteriormente, café. Atualmente, o foco é o arroz, seguido pelo cacau e café, sendo a agricultura responsável por 6,7% do PIB.

O setor da produção de banana foi privatizado no país e 10% das ações são do Suriname. O restante do mercado agricultor é basicamente composto por pequenos produtores que montam cooperativas de até 1000 hectares. Tais cooperativas funcionam de modo que diversos pequenos produtores que cultivam o mesmo tipo de produto se juntam oficialmente para alcançar metas com maior facilidade. As cooperativas têm personalidade jurídica e recebem suporte do governo quanto à formação de profissionais e controle da produção.

Quando houve a abolição da escravidão no Suriname, o país recebeu diversos imigrantes de várias partes do mundo e, junto aos povos indígenas já habitantes, compuseram um dos territórios mais etnicamente diversificados da América. Devido tal fato, a população vive em meio a muitos conflitos desde sua



colonização. Os embates mais recentes são do Estado contra os quilombolas em atitudes exterminadoras e xenofóbicas. Foram confiscadas terras de propriedade milenar de do povo Saramaka para a construção de uma barragem para uma usina hidrelétrica, companhias madeireiras e mineradoras. Samarakas e Ndyukas, ambas quilombolas, formaram pequenas facções armadas, fazendo o governo atacar todos os grupos de mesma origem por esse motivo. Tal motivo foi classificado como um genocídio por Richard Price, visto que esses grupos já sofriam discriminações sociais e grupos indefesos foram brutalmente atacados. Houve em 1992, uma reunião da Corte Interamericana de Direitos Humanos, na qual o Suriname era o réu por seus atos contra quilombos, tendo como conclusão o vencimento da causa e indenização dos Saramakas.

7.36. Trinidad e Tobago

Trinidad e Tobago são duas ilhas da América Central com 1,2 milhão de habitantes. Foi primeiramente colonizada pelos espanhóis e depois pelos ingleses, os quais desenvolveram grande mercado açucareiro na ilha, que depois foi complementado com cacau e mais tarde, em 1910, com o petróleo e gás natural que se tornaram os produtos de maior exportação e mantêm o posto até hoje. O país é um dos mais prósperos do Caribe atualmente e tem o turismo como um mercado em expressiva ascensão. O mercado das ilhas é limitado, mas o governo, estável e democrático, tem a pretensão de expansão de outras áreas, como agricultura, tendo a facilidade de energia elétrica de baixo custo, porém, sofre de empecilhos como burocracia governamental e corrupção.

Trinidad é a maior ilha, com maior porção de terras férteis e propícias à agricultura, enquanto Tobago é uma ilha com extensão bem inferior e por isso se dedica ao turismo. Em Trinidad, estima-se que 7000 hectares são divididos para 1700 proprietários e desde o período colonial tem seu sistema agrícola destinado à exportação para a União Europeia, que importava exclusivamente do país. Tobago dispõe de um reduzido cultivo nas encostas do vulcão da ilha, e lá predomina o pouco ou nenhum uso de agrotóxicos, enquanto Trinidad usa um alto volume de produtos químicos nas plantações. As ilhas têm potencial de auto sustentação alimentícia, mas dois dos empecilhos para que isso aconteça são a falta de recursos



para armazenamento após a colheita e fenômenos naturais depreciadores como enchentes e bruscas mudanças climáticas.

Desde a abolição da escravidão o país recebeu muitas imigrações para servirem de mão-de-obra. Além dos indígenas, europeus e africanos no território, os povos que chegaram em busca de trabalho eram majoritariamente indianos, fenômeno que diversificou os grupos étnicos das ilhas. Apesar da grande diversidade e separação, até mesmo por cidades, os grupos vivem pacificamente entre si. Há um projeto que surgiu em 1971 do Ministério de Agricultura de Trinidad e Tobago em Parceria com a Alemanha que consiste na produção, conservação e preservação de sementes com o intuito de suprir a demanda agrícola nacional e não depender de sementes importadas.

7.37. Uruguai

O Uruguai é um país sul-americano que possui 3,3 milhões de habitantes, sendo 13% empregados na área agrícola. Antes de serem colonizados pelos espanhóis, era habitado pelos índios charruas, chanaés e guaranis. Conquistou o reconhecimento de sua autonomia em 1828, passou posteriormente por golpes no governo e reestabeleceu a democracia da república em 1980 e vigora até hoje. A agropecuária protagoniza a economia Uruguaiana com foco na exportação, seus principais produtos são soja, arroz, carne, lã e couro.

Por volta de 1950 e 1960, havia um grande incentivo à agricultura familiar para que produtores produzissem em suas terras e executassem comércio de alimentos de baixo custo nos centros urbanos. Porém, tal movimento se enfraqueceu e as pequenas propriedades familiares diminuíram em 20% entre 1965 e 1985 e essa tendência se aprofundou na década de 2000. Em 2000 foram contabilizados 57 mil estabelecimentos até 2011, esse número diminuiu para 45 mil, sendo que 11 mil dos estabelecimentos perdidos eram de domínio familiar com menos de 100 hectares. No mesmo ano, foi contabilizado também que ao menos um milhão de hectares de terra são propriedade de empresas estrangeiras. Essa série de acontecimentos aumentou o preço das terras e da produtividade e exportação, mas não são favoráveis à segurança alimentar do país (apesar de que o país tem uma das menores taxas de pessoas que sofrem com a fome que é de 5%). Para



reverter a situação, o presidente do Instituto Nacional de Colonização (INC), Andrés Berterreche, estabeleceu em 2011 a meta para comprar 55.000 hectares de terras em 5 anos, classificada por ele mesmo como realista de acordo com os preços, porém, foi criticado com acusações de que esse projeto é reduzido e desestruturado.

7.38. Venezuela

A Venezuela está situada na América do Sul com 30,9 milhões de habitantes, ex-colônia espanhola que se tornou um país autônomo em 1830. Quando houve a chegada dos espanhóis no território, ele era habitado por índios aruaques e caraíbas, foi quando aconteceu a exploração da terra para agricultura de cacau e café, principal atividade econômica do país até 1875. A criação da Companhia Petroleira de Táchira deu início ao grande mercado petroleiro de exportação que vigora até hoje no país. A agricultura representa uma atividade importante para o país, porém, secundária, com sua maior produção sendo de milho, cana-de-açúcar, café e arroz.

A Venezuela trabalha na reformulação da divisão de terras desde sua independência. Primeiro com governante Simon Bolívar, que defendia o direito de terras a todos, inclusive negros e povos indígenas, representando um processo anticolonial. Após essa redistribuição, houve novamente uma concentração de terras dos agricultores europeus que induziram camponeses a venderem suas terras por preços desonestos, já que eles não tinham conhecimento sobre o mercado de terras. Na década de 1960, foi retomado o processo reformista do setor agrário pelo governo democrata numa onda de influências que ocorria naquela época pelo continente americano, mas não obteve sucesso devido à falta de estruturação. Com a eleição de Hugo Chávez em 1999, foi recuperado o intuito de divisão igualitária de terras, tanto que em seu governo 4 milhões de hectares, de 28 milhões de hectares cultiváveis, foram desapropriados de proprietários estrangeiros de grandes latifúndios e que não seguiam normas ambientais e trabalhistas. Nessa mesma época foram visados latifúndios com produtividade considerável no setor pecuário que não foram desapropriados para que o governo pudesse dar atenção à área já desapropriada e em estado de improdutividade.



Atualmente a Venezuela é o terceiro país com maior concentração fundiária na América Latina, depois apenas do Paraguai e Chile e com 86% de sua população rural em situação de pobreza. O campo hoje em dia está dividido em aproximadamente: 30 mil estabelecimentos de grandes produtores dedicados à pecuária; 120 mil estabelecimentos de médios e pequenos agricultores dedicados ao mercado capitalista; 300 mil estabelecimentos de pequenos produtores voltados a agricultura de subsistência que receberam suas terras no governo de Chavez.

Vê-se a reforma agrária como aposta para independência e segurança alimentar, por isso segue com projetos visando esse objetivo. Por exemplo, foi estabelecida em 2013 a cobrança de taxas às terras que forem improdutivas, aumentando o valor todos os anos. Para não pagar a taxa, os proprietários devem doar as terras ao Estado que serão destinadas a redistribuição.

Tribos indígenas na fronteira com a Venezuela sofrem com a ação de guerrilheiros da Farc, gerando conflitos que os fazem perder suas terras. Um claro exemplo da vulnerabilidade desse grupo foi em 2008, quando guerrilheiros chegaram armados ao vilarejo e obrigaram os índios a evacuarem o local em poucas horas deixando suas casas, plantações e animais. O grupo indígena de homens, mulheres, crianças e idosos caminhou por 8 dias até que chegassem na cidade de Arauca onde montaram seu acampamento em um lixão.

8. Considerações finais

Senhoras e senhores delegados, a mesa diretora da Conferência Regional para América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura solicita, primeiramente, empenho ao discutirem um tema de tamanha relevância no cenário internacional. Posteriormente, agradecemos atenção na leitura deste guia de estudos, o qual foi preparado para um maior entendimento dos senhores acerca do tema. Quaisquer dúvidas, não se acanhem e perguntem aos diretores, estaremos sempre dispostos a sanarem suas indagações.



9. Referências

ROOS, Alana. **Agricultura: dos povos nômades aos complexos agroindustriais**. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/5562/3606>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

BELIZE, Ministry of Agriculture & Fisheries. **Ministry of Agriculture & Fisheries**. Disponível em: http://www.agriculture.gov.bz/Agriculture_Dept.html>. Acesso em: 29 jan. 2017.

PROJECT, Latin America. **Belize**. Disponível em: http://www.progettoamericalatina.it/index.php?option=com_content&task=view&lang=pt_BR&id=36>. Acesso em: 29 jan. 2017.

MARSAN, Joan. **Private Lands Conservation in Belize**. Disponível em: http://scholar.law.colorado.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1156&context=books_reports_studies>. Acesso em: 01 jan. 2017.

RIBEIRO, Amarolina. **Agricultura intensiva e extensiva**. Brasil Escola. Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/geografia/agricultura-intensiva-extensiva.htm>>. Acesso em: 04 de fev. 2017.

ARAÚJO, Felipe. **Colônias de Exploração**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/colonias-de-exploracao/>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

ARAÚJO, Felipe. **Colônias de Povoamento**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/colonias-de-povoamento/>>. Acesso em: 04 fev. 2017.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Concentração fundiária no Brasil**. Brasil Escola. Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/brasil/concentracao-fundiaria-no-brasil.htm>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2017.

PINTO, Tales dos Santos. **Plantation, um sistema de exploração colonial**. Brasil Escola. Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/historiab/plantation.htm>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2017.

Planeta Orgânico. **Insumos**. Disponível em: <http://planetaorganico.com.br/site/index.php/insumos-2/>>. Acesso em: 04 fev. 2017.



NUNES, Sidemar Presotto. **Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil**. Disponível em: <http://www.deser.org.br/documentos/doc/Política_Agrícola.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2017.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueria. **Revolução Verde**. Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilescola.uol.com.br/geografia/revolucao-verde.htm>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2017.

Comissão Europeia; Programa Euroclima; Multidea (Org.). **Solos da América Latina e do Caribe**. Disponível em: <http://eusoils.jrc.ec.europa.eu/Awareness/Documents/Calendar2012_PT.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2017.

JARROUD, Marianela. **Cultivos em terraços: um modelo indígena para segurança alimentar**. Disponível em: <<http://www.envolverde.com.br/1-1-canais/ips-rede/cultivos-em-terraços-um-modelo-indigena-para-seguranca-alimentar/>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

Agência Europeia do Ambiente (Org.). **A água na agricultura**. Disponível em: <<http://www.eea.europa.eu/pt/articles/a-agua-na-agricultura>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 112 p. Disponível em: <<https://projetoaletheia.files.wordpress.com/2014/05/cultura-um-conceito-antropologico.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

Superinteressante (Revista). **A terra sagrada dos índios**. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/comportamento/a-terra-sagrada-dos-indios/>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

Quilombos do Ribeira (Org.). **A luta pela terra**. Disponível em: <<http://www.quilombosdoribeira.org.br/luta>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **Agricultura Camponesa**. Disponível em: <<https://www.social.org.br/relatorio2005/relatorio011.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2017.



FERREIRA, Caliane Borges et al . Produtividade Agrícola nos Países da América Latina. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 54, n. 3, p. 437-458, Set. 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032016000300437&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 fev. 2017.

Porta dos Movimentos Sociais (Org). **Agricultura camponesa representa 77% dos empregos no setor agrícola**. Disponível em: <<http://www.movsocial.org/noticias.php?id=4036&pagina=91>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

LEITE, Sérgio Pereira; AVILA, Rodrigo Vieira de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 45, n. 3, p. 777-805, Sept. 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 fev. 2017.

INCRA (Org.). **Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reformaagraria>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FAO (Org.). **INFORME FINAL: Consulta Regional Latino América da FAO sobre Diretrizes Voluntárias para uma Governança Responsável da Posse da terra e dos outros Recursos Naturais. América do Sul e México**. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/012/al413p/al413p00.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma agrária: Experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/eduardo-ernesto-filippi/filippi-e-e-reforma-agraria-experiencias-internacionais-em-reordenamento-agrario-e-a-evolucao-da-questao-da-terra-no-brasil-1-ed-porto-alegre-editora-da-universidade-ufrgs-2005-v-1-143-p>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

RAMOS, Marcelo. **O que é o agronegócio?** Disponível em: <<http://www.agron.com.br/publicacoes/mundo-agron/curiosidades/2016/02/22/047456/o-que-e-agronegocio.html>>. Acesso em: 28 fev. 2017.



FREITAS, Eduardo de. **Agronegócios**. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/agronegocios.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

ARAÚJO, Massilon J.. **Fundamentos de Agronegócio**. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/46225424/livro-fundamentos-de-agronegocios-131107061028-phpapp02.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1488550290&Signature;=+U8d3ymJi19wB7eQqScE/+iZqIM=&response-content-disposition=inline; filename=Livro_fundamentos_de_agronegocios_131107.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2017.

Ecoagro (Org.). **O Agronegócio no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ecoagro.agr.br/agronegocio-brasil/>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

SOUZA, Sônia Maria Ribeiro de; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Agronegócio e o discurso do desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.augm-cadr.org.ar/archivos/7mo-coloquio/mesa_3/20080427.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2017.

G1 – Globo.com (Org.). **1 a cada 5 habitantes da América Latina trabalha no campo, diz OIT**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/10/1-cada-5-habitantes-da-america-latina-trabalha-no-campo-diz-oit.html>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

FAO (Org.). **FAO: Agronegócio foi responsável por quase 70% do desmatamento na América Latina**. Disponível em: <<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/425810/>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

PAULA, Cátia Franciele Sanfelice de. **Projetos em disputa: a questão indígena e o agronegócio**. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/viewFile/1044/1211>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (Estados Unidos da América) (Org.). **Central America and Caribbean: Dominica**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/do.html>>. Acesso em: 07 mar. 2017.



CONGRESS, U.s. Library Of. **Dominica - Geography**. Disponível em: <<http://countrystudies.us/caribbean-islands/60.htm>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

DOMINICA, Government Of The Commonwealth Of. **Ministry of Agriculture and Fisheries**. Disponível em: <<http://agriculture.gov.dm/>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

MELENDEZ, José. **Heredan Dinastías el poder en El Salvador**. Disponível em: <<http://archivo.eluniversal.com.mx/internacional/56827.html>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

SALVADOR, Gobierno de El. **Filosofía**. Disponível em: <<http://www.mag.gob.sv/filosofia/>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

SALAZAR, Yesenia Guadalupe Avalos. **Balance a diez años de entrada en vigencia del tratado de libre comercio entre El Salvador y México**. Disponível em: <[http://ri.ues.edu.sv/2677/1/Balance a diez años de entrada en vigencia del Tratado de libre comercio entre El Salvador y México.pdf](http://ri.ues.edu.sv/2677/1/Balance%20a%20diez%20años%20de%20entrada%20en%20vigencia%20del%20Tratado%20de%20libre%20comercio%20entre%20El%20Salvador%20y%20México.pdf)>. Acesso em: 07 mar. 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (Estados Unidos da América) (Org.). **Central America and Caribbean: El Salvador**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/es.html>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

Economic Freedom (Org.). **Saint Lucia**. Disponível em: <<http://www.heritage.org/index/country/saintlucia>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (Estados Unidos da América) (Org.). **Central America and Caribbean: Saint Lucia**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/st.html>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

COMMONWEALTH, The. **St Kitts and Nevis : Economy**. Disponível em: <<http://thecommonwealth.org/our-member-countries/st-kitts-and-nevis/economy>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

The Official Website of St. Kitts and Nevis. **St. Kitts and Nevis**. Disponível em: <<https://www.gov.kn/>>. Acesso em: 09 mar. 2017.



CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (Estados Unidos da América) (Org.) **Central America and Caribbean: Saint Vincent and the Grenadines**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/vc.html>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

Economic Freedom (Org.). **Saint Vincent and the Grenadines**. Disponível em: <<http://www.heritage.org/index/country/saintvincentgrenadines>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

WATCH, Human Rights. **Human Rights Watch**. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

FAO (Org.). **Pobreza rural y políticas públicas en América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile: FAO, 2013. 308 p.

FAVARETO, Arilson. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”?** Estudos Avançados, p.299-319, jan. 2010.

FILHO, José Luiz Alcantara; FONTES, Rosa Maria Olivera & FONTES, Maurício Paulo Ferreira. **Evidências empíricas sobre a concentração de terras, o crescimento agropecuário e o uso de tecnologias em minas gerais a partir da hipótese de Kuznets**. 20p.

FILLIPI, Eduardo Ernesto; CONTERATO, Marcelo Antônio (Org.). **Teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 56 p. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.

GOMES, Ivair. O que é rural? Contribuições ao debate. **Boletim geografia**, Maringá, v. 31, n. 3, p.81-95, set./dez. 2013.

GÓMEZ, Jorge Montenegro. **Ancoragem institucional do desenvolvimento territorial rural na América Latina**: uma rede de saberes, práticas e poderes para o controle social. Raíces, Campina Grande, v. 26, n. 12, p.71-80, jan./dez. 2007.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural**: conceito e um exemplo de medida. 18p.



Nota à Imprensa. **A reforma agrária no século XXI:** não basta distribuir terras. Brasília: XXX Conferência Regional para a América Latina e o Caribe (FAO), 13 abr. 2008. 2p.

OIT (Org.). **Panorama Laboral Temático 3: Trabajar en el campo en el siglo XXI:** Realidad y perspectivas del empleo rural en América Latina y el Caribe. Lima: Oit / Oficina Regional Para América Latina y El Caribe, 2015. 100 p. (Versión revisada).

OXFAM (Org.). **Terra, Poder e Desigualdade na América Latina.** Oxfam, nov. 2016. 12 p. (Resumo executivo)

RAMOS, Tatiana Tramontani. **A geografia dos conflitos sociais na América Latina e Caribe.** Programa Regional de Becas CLACSO, 2003. 40 p.

RIVERO, Carlos Vacaflores. **La lucha por la tierra es la lucha por el territorio: una perspectiva decolonial de la lucha campesina, indígena y originaria en America Latina.** Disponível em: <[http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos Completos/Carlos Alfredo Vacaflores Rivero.pdf](http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Carlos%20Alfredo%20Vacaflores%20Rivero.pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2017.

SANTOS, Jose Vicente Tavares dos. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 8. P. 16-32, jul./dez. 2002

SAUER, Sérgio & PEREIRA, João Marcio Medes. **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado.** Ed. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 344p.

SOLANO, Laura Poy. La violencia es una amenaza para la lucha contra el hambre: FAO. **Periódico La Jornada Sábado**, México, p.37, 5 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2015/12/05/sociedad/037n1soc>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

ALVES, Fernando Antonio. Entre as FARC o MST, entre a violência no campo o Estado policial na América Latina: Aspectos distintos de conflitos agrários históricos no Brasil e Colômbia. **Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe**, Barranquilla (Colombia): Universidad del Norte, n. 17. P. 303-339, jul./dez.



PLATA, Ludwing Einstein Agurto & REYDON, Bastiaan Philip. **Políticas de Intervenção no Mercado de Terras no Governo FHC**. 21p.

ÁVILA, Rodrigo Vieira de & LEITE, Sérgio Pereira. **Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina**: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural: FAO, 29p.

IPEA (Org.). **Projeto pretende integrar comunidades quilombolas da América Latina**. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=687>. Acesso em: 10 mar. 2017.

PRIOSTE, Fernando; BARRETO, André. **Território quilombola**: uma conquista cidadã. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Cartilha-formação-com-jovens-quilombola.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

COSTA, Carmen Cira Lustosa da. **Comunidades Quilombolas**. Disponível em:
<<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

LEITE, Sérgio Pereira; AVILA, Rodrigo Vieira de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Mar. 2017.

Povos Indígenas no Brasil (Org.). **Povos indígenas e soberania nacional**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/0/1/2/indios-e-militares>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: ou pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BRAUNER, Maria Cláudia Crespo; GRAFF, Laíse. **Segurança alimentar e produção agrícola**: reflexões sob a ótica da justiça ambiental. Disponível em:
<<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/viewFile/280/466>>. Acesso em: 08 set. 2017.



GUATEMALA, Gobierno de. **Objetivos**. Disponível em: <<http://web.maga.gob.gt/download/objetivos-estrategicos.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (Estados Unidos da América) (Org.). **Central America and Caribbean: Guatemala**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gt.html>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (Estados Unidos da América) (Org.). **North America: United States**. 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/us.html>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (Estados Unidos da América) (Org.). **Central America And Caribbean: Cuba**. 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cu.html>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (Estados Unidos da América) (Org.). **Central America And Caribbean: Costa Rica**. 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cs.html>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (Estados Unidos da América) (Org.). **South America: Colombia**. 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/co.html>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (Estados Unidos da América) (Org.). **South America: Chile**. 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ci.html>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (Estados Unidos da América) (Org.). **North America: Canada**. 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ca.html>>. Acesso em: 08 mar. 2017.



CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (Estados Unidos da América) (Org.). **South America: Brazil.** 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (Estados Unidos da América) (Org.). **Central America And Caribbean: Antigua And Barbuda.** 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ac.html>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS (Org.). **Country Programming Framework for Antigua and Barbuda.** 2016. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-bp649e.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (Estados Unidos da América) (Org.). **South America: Bolivia.** 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bl.html>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (Estados Unidos da América) (Org.). **Central America And Caribbean: Barbados.** 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bf.html>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (Estados Unidos da América) (Org.). **Central America And Caribbean: Bahamas.** 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bf.html>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (Estados Unidos da América) (Org.). **South America: Argentina.** 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ar.html>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS. **Marco Nacional de Prioridades para la asistencia técnica de la FAO a Mediano Plazo (MNPMP).** 2010. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-bp551s.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.



FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS. **Country Programme Framework 2012-2017 For Cooperation And Partnership Between The Government Of The Bahamas And Food And Agriculture Organization Of The United Nations**. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-bp546e.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS. **COUNTRY PROGRAMMING FRAMEWORK Government of Barbados And Food and Agriculture Organization of the United Nations 2012-2016**. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-bp544e.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS. **Canada**. Disponível em: <<http://www.fao.org/countryprofiles/index/en/?iso3=CAN>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS. **Marco De Programación País Asistencia Técnica De La Fao (2015-2018) Chile**. 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-bp548s.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS. **United States of America**. Disponível em: <<http://www.fao.org/countryprofiles/index/en/?iso3=USA>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS. **Marco Nacional De Prioridades Para La Asistencia Técnica De La Fao En Ecuador**. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-bp552s.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS. **Marco de Prioridades de País (2013-2018) Borrador para trabajo Versión Revisada**. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-bp540s.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS. **Marco De Programación Por País (Mpp) 2013-2015: Marco Nacional De Prioridades De Cooperación Técnica Costa Rica**. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-bp519s.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

G1. Trump assina nova ordem migratória e veta entrada de migrantes de 6 países: Na nova versão, cidadãos do Iraque e de países afetados que possuam residência permanente nos Estados Unidos poderão entrar no país.. 2017.



Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-assina-nova-ordem-migratoria-e-veta-entrada-de-migrantes-de-6-paises.ghtml>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

DANA, Samy. **Brasil, Venezuela ou Equador: quem está pior?**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/blog/samy-dana/post/brasil-venezuela-ou-equador-quem-esta-pior.html>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

REUTERS. **Irmã de Fidel Castro: Eu trabalhei para a CIA em Cuba**. 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/irma-de-fidel-castro-eu-trabalhei-para-cia-em-cuba-3136165>>. Acesso em: 11 mar. 2017

LAFUENTE, Javier. **Colômbia: uma potência emergente na América Latina: País sul-americano, mesmo afetado pelas matérias-primas, acumula dez anos de bonança**. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/25/economia/1443187822_806022.html>. Acesso em: 11 mar. 2017.

CHILE. INDAP. **Agricultura Familiar Campesina**. Disponível em: <<http://www.indap.gob.cl/te-recomendamos/agricultura-familiar-campesina>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

GOVERNMENT OF CANADA. **Agriculture And Agri-Food Canada**. 2016. Disponível em: <<http://www.agr.gc.ca/eng/industry-markets-and-trade/statistics-and-market-information/by-product-sector/organic-products-sector/?id=1368537318533>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

GREENPEACE (Brasil). **Brasil, campeão dos conflitos no campo**. 2016. Disponível em: <<http://m.greenpeace.org/brasil/pt/high/Noticias/Brasil-campeao-dos-conflitos-no-campo/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

EDUCA. **La Reforma Agraria**. Disponível em: <<http://www.educa.com.bo/revolucion-1952-1964/la-reforma-agraria>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

SIQUEIRA, Bruno. **A inserção dos movimentos indígenas na arena política boliviana: novos e velhos dilemas**. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/3121/2857>>. Acesso em: 10 mar. 2017.



(ORG.), OEA. A contribuição do IICA para o desenvolvimento da agricultura e das comunidades rurais nas Américas. **Relatório anual de 2008**, Washington, D.C., v. 1, n. 1, p. 70-71, mar. 2008. Disponível em: <<http://migre.me/wffYL>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

A NOVA DEMOCRACIA. **Mapa da concentração da terra na américa latina**. Disponível em: <<https://goo.gl/tU2m0p>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

ABC COLOR. **Agricultura familiar**. Disponível em: <<https://goo.gl/Pw8FNT>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **Bid dona us\$15 millones para reformas de agricultura en haití**. Disponível em: <<http://migre.me/weXI6>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

BANCO MUNDIAL. **Agricultura na república dominicana: muito vulnerável, pouco assegurado**. Disponível em: <<http://migre.me/weXno>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BENÍTEZ, Gustavo; NEUMANN, Pedro Selvino. Estrutura e Funcionamento do Mercado de Terras no Uruguai. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí/RS, v. 13, n. 31, p. 356-394, dez. 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/Isa/Downloads/3166-19264-1-PB.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

CAMARGO, Eliane. Modernidade massacrada. **Povos indígenas no brasil**, Paris, França, v. 1, n. 1, p. 376-378, abr. 2013. Disponível em: <<http://migre.me/weXox>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

CANAL RURAL, A FORÇA DO CAMPO. **Série especial: força da agricultura coloca Paraguai entre os líderes no mercado da soja**. Disponível em: <<http://migre.me/weXqD>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

CARIBBEAN AGRICULTURE RESEARCH AND DEVELOPMENT INSTITUTE. **Grenada**. Disponível em: <<http://www.cardi.org/country-offices/grenada/>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

CARVALHO, Livia Hernandes. A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. **Ideas**, Franca-SP, v. 4, n. 2, p. 395-428, jan. 2010. Disponível em: <<http://migre.me/weXrw>>. Acesso em: 05 mar. 2017.



- CENTRA INTELLIGENCI AGENCY. **Panama**. Disponível em: < <http://migre.me/weXsn> >. Acesso em: 13 mar. 2017.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Grenada**. Disponível em: < <http://migre.me/weXt1> >. Acesso em: 14 mar. 2017.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Honduras**. Disponível em: < <http://migre.me/weXtu> >. Acesso em: 05 mar. 2017.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Jamaica**. Disponível em: < <http://migre.me/weXuc> >. Acesso em: 05 mar. 2017.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Nicaragua**. Disponível em: < <http://migre.me/weXvx> >. Acesso em: 07 mar. 2017.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Saint vincent and grenadines**. Disponível em: < <http://migre.me/weXwe> >. Acesso em: 11 mar. 2017.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Suriname**. Disponível em: < <http://migre.me/weXwO> >. Acesso em: 14 mar. 2017.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Uruguay**. Disponível em: < <http://migre.me/weXxA> >. Acesso em: 14 mar. 2017.
- CENTRAL INTELLIGENCI AGENCY. **Dominican republic**. Disponível em: < <http://migre.me/weXyC> >. Acesso em: 11 mar. 2017.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Peru**. Disponível em: < <http://migre.me/weXzh> >. Acesso em: 07 mar. 2017.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Venezuela**. Disponível em: < <http://migre.me/weXzO> >. Acesso em: 07 mar. 2017.
- CENTRAL INTELLIGENCI AGENCY. **Trinidad and tobago**. Disponível em: < <http://migre.me/weXAs> >. Acesso em: 11 mar. 2017.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Guyana**. Disponível em: < <http://migre.me/wffqq> >. Acesso em: 15 mar. 2017.
- CÉSAR, Gustavo R. C.; NETO, Tomaz E.. O problema fundiário no Paraguai: poder, desigualdade e violência.. **Estadão**, São Paulo, nov/2014. Disponível em: < <http://migre.me/weXBa> >. Acesso em: 13 mar. 2017.



COCA, Prof. Ms. Estevan Leopoldo De Freitas. DEBATENDO O CONCEITO DE REFORMA AGRÁRIA: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. **Campo-Territorio**, [S.L], v. 8, n. 16, p. 170-197, ago. 2013.

COMISIÓN NACIONAL DE FOMENTO RURAL. "el que tiene la tierra tiene poder". Disponível em: < <http://migre.me/weXCk> >. Acesso em: 14 mar. 2017.

CONTRA LÍNEA. **Decomisa la sedena manual político-militar del ezln**. Disponível em: < <http://migre.me/weXD0> >. Acesso em: 05 mar. 2017.

COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL. **Agricultura familiar na 33ª conferência regional da fao para a américa latina e o caribe**. Disponível em: <<http://www.scrural.sc.gov.br/?p=5360>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

EL PAIS. **Inc planea comprar 55.000 hectáreas**. Disponível em: < <http://migre.me/weXEo> >. Acesso em: 14 mar. 2017.

ESCRITÓRIO REGIONAL DA FAO PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Fao na região**. Disponível em: <<http://www.fao.org/americas/acerca-de/pt/>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **About fao**. Disponível em: <<http://www.fao.org/about/en/>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

GAZETA DO POVO. **Ao menos 31 morrem em protesto de indígenas no peru**. Disponível em: < <http://migre.me/weXF5> >. Acesso em: 07 mar. 2017.

HOY DIGITAL. **Aportes de la reforma agraria al desarrollo dominicano**. Disponível em: <<http://hoy.com.do/aportes-de-la-reforma-agraria-al-desarrollo-dominicano/>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

JUSBRASIL. **O índio e a corte interamericana de direitos humanos**. Disponível em: < <http://migre.me/weXGR> >. Acesso em: 07 mar. 2017.

MINISTERIO DE AGRICULTURA. **Proyectos en ejecución**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gob.do/proyectos/>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA. **MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA**. Disponível em: <<http://www.mag.gov.py/>>. Acesso em: 14 mar. 2017.



MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO. **Estatísticas do meio rural.** Disponível em: < <http://migre.me/weXIZ> >. Acesso em: 13 mar. 2017.

MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DO PANAMA. **Transformación agropecuaria ley 25.** Disponível em: <http://www.mida.gob.pa/proyectos_id_2054.html>. Acesso em: 13 mar. 2017.

MINISTRY OF AGRICULTURE. **Farmers' connection.** Disponível em: <<http://migre.me/wffvo>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

MINISTRY OF AGRICULTURE, LAND AND FISHERIES. **Agricultural services division.** Disponível em: < <http://migre.me/weXJR> >. Acesso em: 11 mar. 2017.

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS. **Panamá: conflito territorial e violação de direitos humanos do povo naso.** Disponível em: < <http://migre.me/weXLK>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

NATION ENCYCLOPEDIA. **Jamaica - agriculture.** Disponível em: < <http://migre.me/weXM7> >. Acesso em: 06 mar. 2017.

NATIONS ENCYCLOPEDIA. **Grenada - agriculture.** Disponível em: < <http://migre.me/weXMw> >. Acesso em: 14 mar. 2017.

NET SABER. **A questão agraria na jamaica.** Disponível em: < <http://migre.me/weXMV> >. Acesso em: 07 mar. 2017.

NEW AGRICULTURIST. **Country profile - trinidad and tobago.** Disponível em: < <http://migre.me/weXNn>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. **Programas en honduras.** Disponível em: < <http://migre.me/weXNQ>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. **Programas y proyectos.** Disponível em: < <http://migre.me/weXOy>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **São vicente e granadinas.** Disponível em: < <http://migre.me/weXOO> >. Acesso em: 11 mar. 2017.



PRICE, Richard. QUILOMBOLAS E DIREITOS HUMANOS NO SURINAME. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 203-241, mai. 1999. Disponível em: < <http://migre.me/weXPq> >. Acesso em: 14 mar. 2017.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Trinidad e tobago**. Disponível em: < <http://migre.me/weXPY> >. Acesso em: 11 mar. 2017.

REFORMA AGRARIA NA VENEZUELA. **Breve anotações sobre as mudanças na estrutura fundiaria venezuelana**. Disponível em: < <http://migre.me/weXQx> >. Acesso em: 07 mar. 2017.

REPUBLIEK SURINAME. **Landbouw**. Disponível em: < <http://migre.me/weXQW> >. Acesso em: 14 mar. 2017.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. A Reforma Agrária Peruana: Uma Experiência Radical sob controle Militar (1962-1993). **Estudios Rurales**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 126-145, out. 2013. Disponível em: < <http://migre.me/weXSe> >. Acesso em: 07 mar. 2017.

SCIELO. **Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas**¹. Disponível em: < <http://migre.me/weXSN> >. Acesso em: 07 mar. 2017.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Brasil, Bolívia, Chile e Nicarágua são exemplos no combate à fome na América Latina**. Disponível em: < <http://migre.me/weXTF> >. Acesso em: 14 mar. 2017.

SENADO FEDERAL. **Apoio do Brasil a agricultura do Haiti**. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/445803>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

VERMELHO PORTAL. **Conflito entre povos nativos aumenta violência no México**. Disponível em: < <http://migre.me/weXUq> >. Acesso em: 05 mar. 2017.

VILLALOBOS, Jorge Ulises Guerra. A concentração de terras na América Latina: um estudo de caso do México (1910 - México (1910 - 1950)). **Acta Scientiarum**, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá-Paraná, Brazil, v. 21, n. 1, p. 169-174, 199./mar. 2017. Disponível em: < <http://migre.me/weXV8> >. Acesso em: 04 mar. 2017.



IWGIA (Org.). **International Work Group for Indigenous Affairs**. Disponível em: <<http://www.iwgia.org/esp>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

CEPAL (Org.). **Comissão Econômica Para América Latina e Caribe**. Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br>>. Acesso em: 24 abr. 2017.